

# BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 02 - Nº 16 - JULHO 2017

FUNDAÇÃO  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores



**GOLPE CONTRA O ESTADO**

**INTERNACIONAL**

**POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA**

**SOCIAL**

**ECONOMIA**

**TERRITORIAL**

**COMUNICAÇÃO**

**MOVIMENTOS SOCIAIS**



# APRESENTAÇÃO

O Boletim de Análise da Conjuntura da Fundação Perseu Abramo de julho traz um amplo panorama de temas de relevância para a disputa de rumos do país, colocando em evidência que os golpistas implementam uma mudança estrutural, para fazê-lo mais dependente do capitalismo central, mais desigual em termos sociais e menos democrático.

A seção **Golpe contra o Estado** expõe um mapa do desmonte que as forças golpistas, por meio de ações do governo federal e do Congresso, estão fazendo do Estado brasileiro. Tentam não somente reverter avanços conquistados no ciclo de governos petistas, mas também radicalizar a agenda privatista e entreguista do período dos governos neoliberais dos anos 1990.

Na parte **Internacional**, um dos focos é a crescente irrelevância das discussões do G-20, instância multilateral recentemente reunida na Alemanha. Não há coordenação entre os governos das principais economias do mundo para resolver os impasses do capitalismo. Traz também as recentes resoluções adotadas no encontro do Foro de São Paulo, ocorrido na Nicarágua.

A seção de **Política e Opinião Pública** deste mês trata da pesquisa Datafolha, que mapeou os valores políticos e sociais da população brasileira, demonstrando que o imaginário é heterogêneo e os entrevistados transitam entre conservadores e progressistas, tanto no campo econômico quanto no comportamental. Analisa também a pauta do governo golpista no Congresso Nacional, com destaque para as medidas provisórias editadas, os projetos aprovados, e pautas que podem impactar na reforma política, como mudanças no sistema eleitoral e no sistema de governo.

Nos dois capítulos seguintes, **Social e Economia**, o Boletim mostra que há mudanças na estrutura social que precarizam o mercado de trabalho, com aumento da taxa de subutilização da força de trabalho, aumento da informalidade e, apesar da possível estabilização do desemprego, este se encontra em um patamar muito alto. Esses aspectos ainda correm risco de agravamento com a recente aprovação da reforma trabalhista. Além disso, os sinais de melhorias econômicas setoriais não permitem otimismo em relação ao curso geral da economia nacional. Ao contrário, as políticas monetárias e fiscais do governo continuam causando estragos junto com os efeitos deletéreos da condução da Operação Lava Jato.

Na seção **Territorial** se mostram os retrocessos que estão acontecendo na questão agrária como parte da agenda com a qual o governo golpista busca o apoio das forças mais retrógradas do campo. Se a Constituição de 1988 havia incorporado a população rural à Previdência Social e os governos do PT impulsionaram uma agenda orientada à agricultura familiar, as ações do atual governo e mudanças legislativas estão provocando imensos retrocessos.

Em relação à **Comunicação**, foi analisado o comportamento dos usuários do Twitter durante a votação da reforma trabalhista no Senado, que acabou concorrendo, nas redes sociais, com outros temas da pauta política. A seção também traz um panorama do posicionamento dos jornais internacionais e da grande imprensa brasileira em relação à condenação do ex-presidente Lula.

Na seção final de **Movimentos Sociais** se analisam os principais embates do período recente, contrastando o ocorrido nas batalhas em torno das reformas trabalhista e da Previdência. O estado de golpe vivido no Brasil cria um vazio democrático que só pode ser preenchido pela pressão das mobilizações populares. A história cobrará os assaltantes do poder, e o povo brasileiro parece entender isso cada vez mais.



# GOLPE CONTRA O ESTADO



*Nesta seção é apresentada uma análise da intensificação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), um dos maiores programas de desmonte da atuação do Estado e das empresas estatais de que se tem notícia em setores estratégicos, anunciada pelo governo federal para o segundo semestre de 2017.*

## O BRASIL À VENDA: DIRETRIZES DO DESMONTE

Entre 1930 e 1980, o Estado constituiu formas superiores de organização do capitalismo no Brasil, a partir do sistema produtivo estatal (SPE) e do sistema financeiro público (SFP), com destaque para a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), duas instituições que sobreviveram ao desmonte das décadas de 1980 e 1990. Elas foram fundamentais para o último ciclo de crescimento e desenvolvimento do chamado lulismo e são atualmente assediadas pelo governo ilegítimo e impopular em curso, cujo projeto passa pela priorização do mercado, do rentismo e do curto-prazo ao reduzir o papel do Estado e das empresas estatais por meio de privatizações, concessões ou parcerias público-privadas (PPPs).

Em petróleo, o atual governo já patrocinou a retirada da Petrobras das áreas de petroquímicos, bio-

combustíveis, refinarias, além de diminuir o papel da empresa na exploração e produção do pré-sal e encolher ao máximo a política de conteúdo local. Segundo a Agência Nacional de Petróleo (ANP), em setembro e outubro serão realizadas duas rodadas de licitações nas áreas de partilha do pré-sal, cuja outorga estimada pode ficar entre 1,2 bilhão e 4,7 bilhões de reais.

Em energia elétrica, o governo tem trabalhado em estudos que sinalizam para a privatização das seis distribuidoras da Eletrobras (Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e Roraima), cuja soma da receita estimada atinge cerca de 10,8 bilhões de reais. Além disso, as cinco hidrelétricas da Cemig deverão também passar para a iniciativa privada; pelo critério da outorga onerosa a União prevê cerca de 9,1 bilhões de reais de arrecadação.

Em rodovias, o governo prepara a licitação de três novos conjuntos de estradas: BR-364 e 365 entre Minas Gerais e Goiás, BR-101 em Santa Catarina e as BRs-101, 290, 386 e 448, entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina. De forma concomitante, o governo vai rellicitar a via Dutra (que liga São Paulo e Rio de Janeiro), a Concer (que liga Rio de Janeiro a Juiz de Fora) e a CRT (no Rio de Janeiro).

Em ferrovias, o governo trabalha na reconfiguração de cinco contratos existentes, com a MRS Logística, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Estrada de Ferro Carajás, Vitória-Minas e Malha Paulista, e ainda há previsão da realização de leilões para os trechos de Porto Natal (TO) e Estrela D'Oeste da Ferrovia Norte-Sul (SP). Ao todo essas ferrovias representam mais de 90% do fluxo total de cargas ferroviárias do país.

No setor portuário, o governo também sinaliza para a possibilidade de privatizar as companhias docas, iniciando pela Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa); no setor bancário, por seu turno, chama a atenção o fechamento sistemático de agências do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, além do encolhimento das políticas de crédito direcionado, inclusive para as linhas de financiamento do BNDES.

Mais ainda, com o objetivo de acelerar concessões e PPPs em estados e cidades, o Ministério do Planejamento está criando um fundo que será gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e que deverá mobilizar cerca de cem milhões de reais para apoiar a contratação de projetos de modelagem econômico-financeira para entes federativos que desejem privatizar as áreas de saneamento, mobilidade urbana, resíduos e iluminação pública.

Há também em curso a previsão de aceleração de uma agenda de reformas microeconômicas do Estado que também precisa ser observada com atenção - ela se iniciou com a implementação da Lei de Responsabilidade das Estatais, sancionada em junho de 2016, e avançou com a mudança nos marcos regulatórios da operação do pré-sal, sancionada em outubro de 2016. Em função da crise política intensificada depois da delação preventiva da J&F e em decorrência da concentração das forças governistas na aprovação da reforma trabalhista, a agen-

da de mudanças nas estruturas estatais permanece em certa suspensão, mas ela deve ser retomada de forma mais contundente nesse segundo semestre de 2017, sobretudo a partir de agosto.

Nesse escopo merecem destaque:

- a proposta de criação de uma lei geral das agências reguladoras visando aumentar a autonomia decisória e orçamentária desses órgãos, o que na prática pode significar maior poder de pressão das forças do mercado sobre os marcos regulatórios do Estado.
- A criação de uma nova legislação de licitação em substituição à lei n. 8.666/93, o que pode significar maior laxismo nas contratações da iniciativa privada.
- A mudança no regime de contratação das concessões das empresas de telecomunicações, abrindo o setor para o capital internacional.
- O projeto que busca acabar com restrições ao capital externo nas companhias aéreas, desnacionalizando um setor estratégico.
- A flexibilização da lei que proíbe a venda de terras nacionais para estrangeiros, afrontando a soberania nacional.
- A criação de critérios para indicação de diretores dos fundos de pensão, privilegiando quem tem trajetória profissional no mercado financeiro e de capitais.
- A formulação de um projeto de lei que assegure o socorro estatal e estatização de dívidas privadas em casos de falências e recuperação judicial para as empresas.
- A flexibilização das regras de licenciamento ambiental para obras de infra-estrutura, podendo significar uma intensificação de formas predatórias do uso do meio ambiente.
- A aceleração de uma Medida Provisória em curso busca criar uma nova agência reguladora para o setor de mineração, visando aproximar as decisões do Estado dos interesses do mercado.
- A elaboração de uma medida provisória mudando o sistema de cotas para usinas hidrelétricas, alterando a comercialização da energia de Itaipu de modo a ampliar a presença do mercado livre.

A justificativa oficial do governo para o desmonte das empresas estatais e para a implementação de uma agenda de reformas microeconômicas do Estado é a de que a crise fiscal e a corrupção criaram um cenário que impôs como necessidade o encolhimento do Estado e a ampliação do mercado.

O que o governo esconde, entretanto, é o fato de que o modo como se realiza a Operação Lava Jato, por exemplo, já trouxe mais prejuízos ao país do que qualquer plano de desinvestimentos propos-

to pelo governo. No Brasil já somamos perdas de cerca de 142 bilhões de reais nos setores de óleo e gás, metal-mecânica, construção civil, naval e engenharia pesada, além de cerca de noventa bilhões de reais em obras paradas.

O projeto de desmonte do Estado ora em curso fere de maneira muito intensa o poder de atuação do Estado e, com isso, diminui sobremaneira os instrumentos necessários para nossa recuperação econômica no futuro.



acesse  
o canal **teveFPA** 

**ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO**

# INTERNACIONAL

Esta seção apresenta uma análise da reunião do G-20, realizada em julho em Hamburgo, Alemanha, que se mostra cada vez mais irrelevante diante da ausência completa de iniciativas que contrariem os interesses dos megabancos e fundos de investimentos. E também enfoca o 23º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrido em Manágua, Nicarágua, entre os dias 16 e 18 de julho. O evento teve a presença de mais de quarenta partidos de um total de 27 países da América Latina e Caribe e alguns convidados do Sahara Ocidental, Europa e Vietnã.

## O G-20 CADA VEZ MAIS INÓCUO

A reunião do G-20 deste ano realizou-se nos dias 7 e 8 de julho, em Hamburgo, na Alemanha, cercada de um forte aparato de segurança, pois o movimento social, principalmente europeu, se fez presente com milhares de pessoas que prometiam transformar a cidade num “inferno”. E com razão, pois a cada ano que passa as decisões do G-20 são mais irrelevantes e, ao contrário das iniciativas das primeiras reuniões, para discutir a crise econômica mundial e fortalecer a governança financeira global, agora não há nenhuma iniciativa que se oponha aos interesses dos megabancos e dos fundos de investimentos. Pelo contrário, o grupo tem praticamente se limitado a endossar as medidas adotadas no sistema multilateral que vem reforçar a nova fase do neoliberalismo em que predominam os interesses do capital financeiro em detrimento dos direitos da maioria da população mundial.

O G-20 incorporou três grandes centros financeiros como os mais recentes membros da organização; Hong Kong, Suíça e Singapura. A maioria das decisões sobre economia, no texto final, foi quase integralmente delegada para ser encaminhada a um organismo técnico que acompanha o G-20, o *Financial Stability Board* (FSB), no qual, entre vários problemas, um deles é a absoluta falta de transparência. Um tema econômico que ganha cada vez mais relevância, o endividamento dos países em vias de desenvolvimento e a reestruturação de suas dívidas, não foi tratado. A Alemanha esperava poder protagonizar uma resolução sobre o gerenciamento dos fluxos financeiros internacionais, mas isso também não foi aceito.

A discussão sobre a questão fiscal por meio da Erosão da Base e Transferências de Lucros –BEPS (*Base Erosion and Profit Shifts*) tampouco avançou, e mesmo a “Lista Negra”, criada anteriormente para denunciar os países que facilitam evasão de impostos e outros crimes fiscais, conseguiu incluir até o momento apenas a pequena Trinidad e Tobago por “não cumprir os padrões internacionais”, apesar do notório comportamento criminoso do Reino Unido, Holanda, Suíça e Luxemburgo na área fiscal e no acolhimento de recursos escusos.

No tocante ao tema das “Finanças Verdes”, que tem a China como protagonista, também não houve menções, mas sobre assuntos da área digital, em particular o comércio eletrônico, ocorreram muita discussão favoráveis com vistas à Organização Mundial do Comércio (OMC) que, em sua próxima conferência em Buenos Aires, em dezembro de 2017, pretende transformar o *e-commerce* no tema central.

Por fim, essa conferência do G-20 inaugurou uma metodologia inusitada para explicitar divergências, pois, em relação ao tema das mudanças climáticas e o Acordo de Paris, o governo Trump dos EUA quer revê-lo. Assim, a declaração final possui dois parágrafos, um a favor do Acordo de Paris, apoiado pela maioria dos membros do G-20, e outro com a posição do governo Trump.

### Foro de São Paulo defende Lula

O Foro de São Paulo realizou seu 23º Encontro em

Manágua, Nicarágua, entre os dias 16 e 18 de julho. Contou com a presença de mais de quarenta partidos de um total de 27 países da América Latina e Caribe e alguns convidados do Sahara Ocidental, Europa e Vietnã. Além das reuniões específicas que normalmente se realizam como as das sub-regiões, mulheres, jovens, afrodescendentes, povos originários, entre outras, aconteceu também a sessão da Escola do Foro, o seminário sobre os governos progressistas, as reuniões do Grupo de Trabalho do Foro e a plenária final.

A robusta declaração final incluiu uma série de resoluções e ações a serem levadas adiante. Entre elas, destacam-se três temas de grande importância diante da conjuntura. Um, a defesa da Venezuela, de seu governo e da eleição dos membros da Assembleia Nacional Constituinte prevista para ocorrer no dia 30 de julho. Houve uma simulação de votação no dia 16 de julho, quando onze milhões de eleitores participaram, o que foi um bom indício do apoio popular à iniciativa. Nesse mesmo dia, a oposição organizou um plebiscito paralelo para aferir a opinião da população sobre a implementação ou não da Assembleia Constituinte. Informaram que 7,2 milhões teriam participado e mais de 90% dos votantes teriam se oposto a ela. No entanto, é um número impossível de se confirmar, pois, além de não ter havido fiscalização, as cédulas foram incineradas imediatamente após a contagem dos votos. Não há dúvidas da divisão na sociedade venezuelana, mas tudo indica que o governo está se fortalecendo e, por isso, Trump explicitou seu apoio à oposição da direita com a ameaça de impor “severas” sanções econômicas se Nicolás Maduro levar adiante a eleição da Constituinte. A posição dos Estados Unidos foi seguida pelo seu mais recente lacai, o golpista Temer, que, além de se comunicar diretamente com seus colegas da direita venezuelana, manifestou ao governo venezuelano sua contrariedade com a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte. Essas ingerências foram obviamente condenadas pelo Foro. Além de indevidas, no caso do Brasil, o governo está violando o Artigo 4º da Constituição Federal.

A segunda resolução se refere à inocência de Lula e à perseguição político-midiática que ele vem sofrendo

com o intuito de impedi-lo de se candidatar nas eleições de 2018. O plenário do Foro se solidarizou com Lula diante da recente condenação. O Foro participará intensamente das iniciativas internacionais em defesa dele, do PT e seus aliados, da democracia e do Estado de Direito no Brasil, bem como no combate à retirada de direitos que os golpistas vêm promovendo. Particularmente, a reforma trabalhista representa um precedente sem igual na América Latina e Caribe e preocupa por gerar um paradigma que outros governos neoliberais poderão seguir. O Foro de São Paulo também respaldou a resistência do movimento sindical e social no Brasil.

A terceira resolução é de apoio ao processo de paz na Colômbia. Em maio, uma missão do Foro esteve na Colômbia para verificar o progresso da implementação do acordo de Havana e teve a oportunidade de dialogar com todas as partes envolvidas. Já na ocasião foi possível verificar que nem tudo estava evoluindo bem, particularmente devido a atrasos do governo de constituição das “zonas veredais” (territórios de permanência dos guerrilheiros das FARC-EP até se integrarem à sociedade) e à decisão da Suprema Corte de cancelar o sistema de via rápida no Parlamento para aprovar as medidas legislativas exigidas pelo acordo. Esse último vem à tona agora com a anistia aplicada a milhares de ex-guerrilheiros que se encontram nas “zonas veredais” e não aos mais de mil que estão condenados e presos e que pelo acordo teriam direito a um novo julgamento na “justiça especial” a ser criada para esses e outros casos relacionados ao conflito. Uma delegação das FARC-EP compareceu ao encontro e pôde acrescentar mais informações sobre o processo de paz que o Foro respalda e acompanha no intuito de colaborar para que seu desfecho seja positivo.

No dia 19 de julho, a maioria dos delegados e delegadas do 23º Encontro compareceu às celebrações do 38º aniversário da Revolução Sandinista, que reuniu em torno de duzentas mil pessoas no centro de Manágua. Como conclusão do encontro, decidiu-se que o próximo, o 24º Encontro do Foro de São Paulo, ocorrerá em Havana, Cuba, em 2018.

### Para ver mais, consultar:

1. O termo “Lista Negra” é usado oficialmente pelo G-20, embora seja politicamente incorreto.

# POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

*Na seção Política e Opinião Pública desse mês trataremos da pesquisa Datafolha que mapeou os valores políticos e sociais da população brasileira, demonstrando que o imaginário é heterogêneo e os entrevistados transitam entre conservadores e progressistas tanto no campo econômico quanto no comportamental. Também continuaremos a análise da pauta do governo golpista no Congresso Nacional, com destaque para as medidas provisórias editadas, os projetos aprovados, e pautas que podem impactar na reforma política, como mudanças no sistema eleitoral e no sistema de governo.*

## Avanço do progressismo ou conservadorismo

A pesquisa Datafolha, realizada entre 21 e 23 de junho, mostrou que os brasileiros se dividem igualmente entre esquerda e direita. A pesquisa envolveu valores sociais, políticos, culturais e econômicos e, a partir daí, posicionou a população no espectro político clássico que inclui esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita. Os temas tratados foram classificados segundo um segmento comportamental e um segmento econômico. A união dos resultados desses segmentos resultou em uma escala geral de posicionamento ideológico, definida pela mesma segmentação.

Pode-se analisar tomando como parâmetros seus polos expandidos (esquerda + centro-esquerda, centro e centro-direita + direita) ou o centro expandido e seus extremos. Considerando a primeira abordagem, a direita hoje abrange 40% da população brasileira, sendo 10% de direita e 30% de centro-direita. Na esquerda estão 41%, divididos entre 10% posicionados mais ao extremo da esquerda

no espectro político, enquanto a centro-esquerda soma 31%.

Comparando-se as pesquisas anteriores realizadas pelo Datafolha, observa-se que o campo da direita perde cinco pontos percentuais em relação a setembro de 2014 (45%) e retorna aos patamares de novembro de 2013 (39%), enquanto com o campo da esquerda ocorre o contrário, com aumento de 6% em relação à rodada anterior, em 2014, quando possuía 35%, mas também se iguala ao espaço que a esquerda tinha em 2013 (41%). No centro, 20% dos brasileiros encontram-se estáveis nas três rodadas.

A identificação com posições de centro permanece estável, tanto no âmbito geral como no que diz respeito a tendências comportamentais e econômicas, oscilando apenas um ponto (de 21% para 22% no aspecto comportamental e de 27% para 28% no econômico).

Os entrevistados que têm preferência partidária pelo PT indicam orientação ligeiramente menos à

direita que o conjunto da população brasileira (32% entre petistas contra 40% na população em geral) e seis pontos percentuais mais à esquerda (47%, 15% associados à posição mais extrema e 32% a centro-esquerda) que a média (41%). Entre os simpatizantes do PSOL, a identificação com os temas da esquerda é maior (69%, sendo 39% identificados com a posição mais extrema à esquerda e 30% a centro-esquerda).

Comparando-se os segmentos comportamentais e econômicos, observa-se que os aspectos relacionados a comportamento estão mais à direita (47% entre direita e centro-direita) que os econômicos (28%), muito embora a identificação com comportamentos de direita tenha regredido oito pontos percentuais em relação a 2014 (55%) e nos comportamentos de esquerda tenham evoluído 7% em relação ao mesmo período (passando de 24% para 31%).

Na escala que mede o posicionamento econômico, houve pouca variação, permanecendo dentro da margem de erro (as ideias de esquerda ocupam hoje 28%, era 30% em 2014 e 26% em 2013) e 44% identificam-se com posições econômicas de esquerda (em 2014 e 2013 eram 46%).

Assim, pode-se dizer que a população brasileira ainda guarda valores comportamentais mais tradicionais, mas nos aspectos econômicos percebe mais claramente as desigualdades, com 18% de identificação a posições mais radicais à esquerda. Essa tendência tem se mantido estável e não pode, portanto, ser atribuída à atual crise econômica. Pode-se concluir que questões econômicas constituem um forte argumento para fazer a população brasileira refletir sobre as desigualdades de oportunidades e atrai-la ao discurso de inclusão petista.

No campo comportamental, onde a população brasileira é, tradicionalmente, mais conservadora, observa-se uma queda da posição conservadora de oito pontos percentuais, mas retorna a patamares de 2013, o que pode ser um indicativo de que a onda conservadora que se intensificou a partir de 2014, com o forte objetivo de provocar o *impeachment* e combater os governos petistas, pode ter arrefecido, e isso também abre campo para o PT voltar a dialogar com a sociedade de maneira mais direta, sobretudo porque essa tendência, a dimi-

nuição de posições mais à direita, não migra para o centro, mas para posições mais à esquerda, o que indica, de fato, uma mudança de posição frente às questões apresentadas.

### Valores em disputa na sociedade

No campo dos valores morais ou comportamentais, o que mais evoluiu (dez pontos percentuais) foi o que diz respeito à homossexualidade, que, segundo 74% da população, deve ser aceita por toda a sociedade (era 64% em 2014 e 67% em 2013). Atualmente, 19% ainda acham que a homossexualidade deve ser desencorajada por toda a sociedade, taxa que em 2014 era de 27%, e em 2013, 25%. Entre os petistas, a aceitação da homossexualidade segue a da população brasileira.

O aspecto econômico em que a opinião da sociedade mais mudou é o que relaciona a pobreza à falta de oportunidades iguais para todos, que variou dezoito pontos percentuais em relação a 2014. Essa é também a questão na qual a população assume posições mais progressistas e à esquerda, dentre os dezesseis temas tratados pelo Datafolha. Atualmente, 77% da população brasileira concordam que “boa parte da pobreza está ligada à falta de oportunidades iguais para que todos possam subir na vida” (eram 58% em 2014), e somente 21% atribuíram a pobreza à preguiça de pessoas que não querem trabalhar, opinião partilhada por 37% da população em 2014. Nesse aspecto os simpatizantes do PT se destacam, por maior concordância com a associação da pobreza à falta de igualdade de oportunidades (82%), o que pode, vinculando às políticas adotadas nos governos petistas, diferenciar e atrair maior eleitorado.

Outra posição de esquerda que também cresce dez pontos percentuais e alcança nível semelhante é a que atribui ao governo o dever de “ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer”, com a qual 76% dos brasileiros concordam, em contraposição a 20% que acham que “as empresas privadas devem ser as maiores responsáveis por investir no país e fazer a economia crescer”.

Há, todavia, incertezas quanto à posição que o governo deve adotar na regulação da economia; aos olhos da opinião pública, o Estado tem o papel de

investir na economia, mas não deve atuar para regular a livre concorrência do mercado. Aumentou em 11% o índice dos que concordam que “quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas, melhor para todos”, chegando a 46% (era 35% em 2014 e 31% em 2013), mesmo índice dos que acham que “é bom que o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas” (o que representava 51% das opiniões da população em 2014 e 58% em 2013).

Dentre os dezesseis temas tratados pelo Datafolha, esse é o que apresenta maior polaridade e mais divide a população: 46% são favoráveis a que “o governo atue com força na economia para evitar abusos das empresas” e 46% defendem que “quanto menos o governo atrapalhar a competição entre as empresas melhor para todos”. A opinião dos simpatizantes do PT não diverge da do conjunto da população e mantém a polarização, com 47% e 46% respectivamente.

Além da associação da pobreza à falta de igualdade de oportunidades, que lidera enquanto tema no qual a população adota posição mais progressista (77%), destacam-se também com taxas similares a “responsabilidade do governo em investir no país e fazer a economia crescer”, com 76%, a aceitação da homossexualidade, com 74%, e pouco abaixo a concordância com que “pessoas pobres de outros países e estados que vêm trabalhar na sua cidade contribuem com o desenvolvimento e a cultura da cidade (70%)”.

Em outro patamar, com a sociedade já bem mais dividida, mas ainda tendendo a uma visão mais progressista, pouco mais da metade da população (55%) admite que “não cabe à justiça matar uma pessoa, mesmo que ela tenha cometido um crime grave”. Nesse ponto a sociedade vem avançando lentamente para uma visão mais progressista, passando de 47% de adesão à ideia de que “a pena de morte é a melhor punição para indivíduos que cometem crimes graves”, em 2013, para 43% em 2014 e atuais 42%.

Com o mesmo percentual, porém com tendência inversa, está a concordância com “a posse de armas deve ser proibida, pois apresenta ameaça à vida de outras pessoas”, que tem 55% de adesão, mas caiu

sete pontos percentuais em relação a 2014 e 13% em relação a 2013 (62% e 68%, respectivamente). Atualmente, 43% da população sustentam que “possuir uma arma legalizada deveria ser um direito do cidadão para se defender”.

Dentro desse mesmo espectro do pensamento conservador em temas comportamentais, encontram-se a proibição ao uso de drogas, com 80%, a punição como a adultos de adolescentes que cometem crimes, com 73%, e ainda com menores taxas “a maior causa da criminalidade é a maldade das pessoas” (56%). São posições que, apesar de não terem recrudescido, indicam forte cristalização do pensamento conservador em áreas ligadas à segurança pública e criminalidade, associadas a candidaturas de direita, que crescem nas sondagens eleitorais e devem ser combatidas.

“A proteção do governo a grandes empresas nacionais que correm risco de falência”, com a qual 63% da população concordam, sinaliza que, no limite, na disputa sobre se o governo deve atuar na economia para evitar abusos ou quanto menos o governo intervir na competição das empresas melhor, que divide a opinião pública, com 46% cada, a primeira (intervenção do governo na economia) parece ainda levar vantagem.

Dois temas da reforma trabalhista levantados na pesquisa trazem opiniões contraditórias. Pouco mais da metade dos entrevistados (53%) afirma que “as leis trabalhistas no Brasil mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, por isso boa parte delas deveria ter seus benefícios ampliados”; por outro lado, a opinião de que “os sindicatos servem mais para fazer política do que para defender os trabalhadores” recebe adesão de um índice ligeiramente superior e vem crescendo gradativamente: era 45% em 2013, passou a 50% em 2014 e atualmente está em 58%. Assim, ao que tudo indica, a população reivindica proteção das regras trabalhistas, mas os sindicatos não têm se mostrado à altura de fazê-la. O debate sobre a reforma trabalhista e as perdas que os trabalhadores terão precisa ser aprofundado, e cabe criar estratégias de como fazê-lo.

Dois outros aspectos apontam para resultados já sinalizados pela pesquisa qualitativa com eleitores que

deixaram de votar no PT, *Percepções dos Valores Políticos nas Periferias de São Paulo*, realizada pela FPA, que dizem respeito à desvinculação da proteção do Estado e uma certa tendência liberal, como “quanto menos eu depender do governo, melhor estará minha vida”, opinião com a qual 54% da população concordam, e que “é preferível pagar menos impostos ao governo e contratar serviços particulares de educação e saúde”, defendida por metade (51%) dos entrevistados pelo Datafolha.

### Agenda no Legislativo

Desde 19/6, o governo golpista editou duas medidas provisórias, que já entraram em vigor. A primeira, MP 785/17, instituiu o Novo Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que já entrou em vigor sem o devido debate com a sociedade. A segunda, MP 786/17, criou um fundo de apoio no Programa de Aceleração do Crescimento para projetos de infraestrutura.

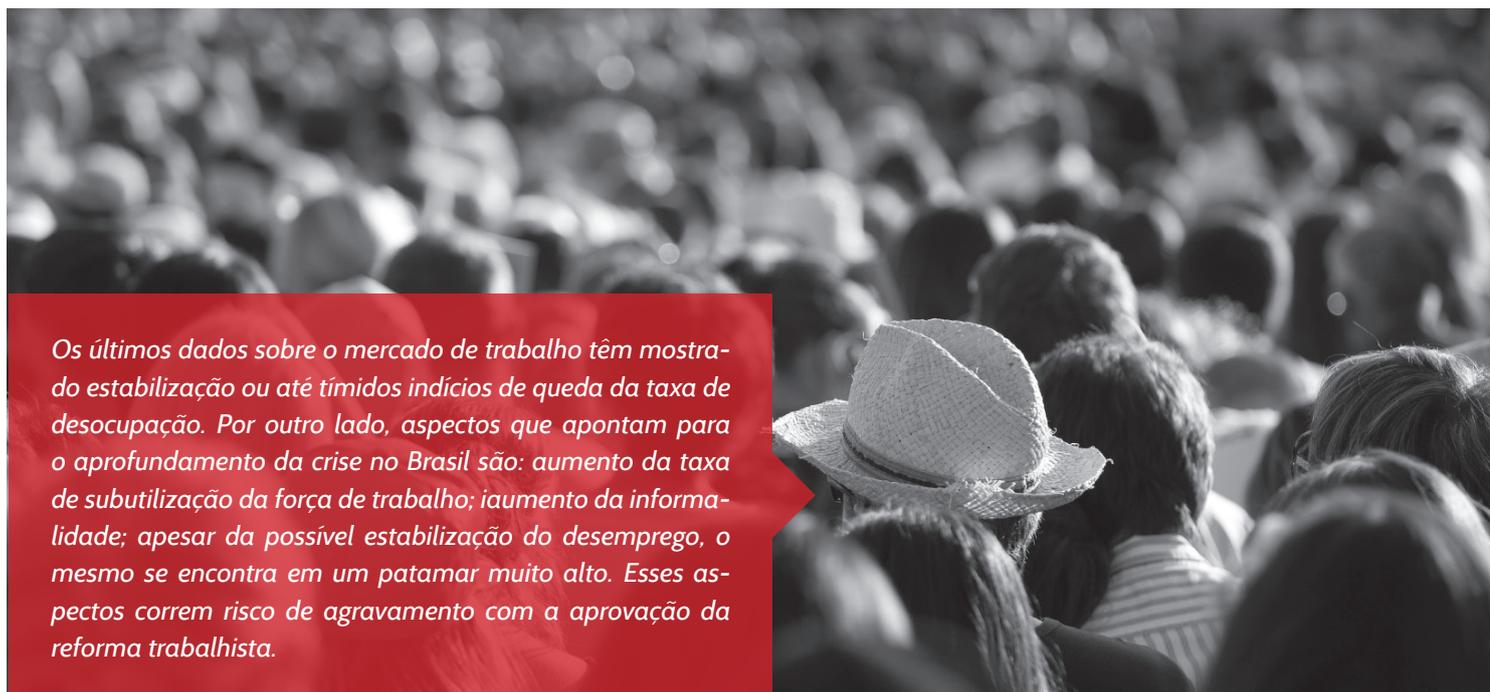
Uma das principais MPs editadas esse ano, a que dispõe do Programa Especial de Regularização Tributária (MP 783/17), ou Refis, avançou dentro do Congresso Nacional. A medida foi aprovada na Comissão Mista e seguirá para análise nos plenários da Câmara e do Senado. Além das MPs, o governo também conseguiu aprovar no Congresso, neste último mês, a Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao ano de 2018, a primeira sob a vigência do Teto de Gastos. A aprovação antes do recesso parlamentar, que se iniciou no dia 18, se deu em sessão conjunta no Congresso Nacional e manteve a meta de déficit primário de R\$ 131,3 bilhões. A LDO também reajustou o salário mínimo em apenas 4,5%, sem aumento real. E o Planalto conseguiu aprovar a reforma trabalhista, que desmonta a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e retira uma série de direitos e garantias aos trabalhadores. A medida foi aprovada no Senado e sancionada por Michel Temer no dia 13.

Em meio à crise política, duas propostas de reforma no sistema eleitoral e de sistema político entraram em debate no último mês. Ambas já foram rejeitadas anteriormente dentro do Congresso e nas urnas, respectivamente: o Distritão e o Parlamentarismo.

O chamado Distritão é um sistema eleitoral que existe apenas no Afeganistão, Vanuatu, Jordânia e Ilhas Picárnia. No Distritão, os candidatos mais votados em todo o estado ocupariam as cadeiras da Câmara, sem nenhuma ponderação ou consideração do voto partidário. No sistema atual, proporcional, os votos dos candidatos de um partido ou coligação são somados e devem atingir o quociente eleitoral, isto é, o número de votos válidos divididos pelo número de cadeiras que o estado possui. No Distritão, o voto personalista no candidato é o que vigora, e os mais conhecidos, ou os que possuem mais recursos para campanha eleitoral, têm larga vantagem perante novos candidatos. Isso facilita, inclusive, que os atuais deputados se reelejem, já que são conhecidos em suas regiões e possuem recursos, como emendas parlamentares, para angariar votos em suas bases, dificultando a renovação dos legislativos. O sistema é defendido pelo presidente Michel Temer e por partidos do Centrão fisiológico, e já foi rejeitado no Congresso em 2015.

Outra proposta defendida pelos tucanos é a de mudança do sistema de governo, de presidencialista para parlamentarista. A mudança foi rejeitada em plebiscito realizado em 1993, no qual 69,2%, 37 milhões de pessoas, escolheram o presidencialismo. Algumas Propostas de Emendas Constitucionais (PECs) relacionadas à instauração do Parlamentarismo estão em tramitação há tempos no Congresso Nacional. A mais antiga é do então deputado Eduardo Jorge, hoje no Partido Verde, a PEC 20/1995, que possui parecer favorável na CCJC da Câmara. As mais recentes foram a PEC 245/2016, do deputado Beto Rosado (PP-RN), a PEC 102/2015, do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC 32/2015, do senador Fernando Collor (PTC-AL), e a 9/2016, do senador Aloysio Nunes, atual ministro das Relações Exteriores. Nenhuma dessas PECs recentes foi aprovada nas comissões, e apenas a do senador Valadares possui relator na CCJC, o senador Roberto Rocha (PSB-MA).

# SOCIAL



*Os últimos dados sobre o mercado de trabalho têm mostrado estabilização ou até tímidos indícios de queda da taxa de desocupação. Por outro lado, aspectos que apontam para o aprofundamento da crise no Brasil são: aumento da taxa de subutilização da força de trabalho; aumento da informalidade; apesar da possível estabilização do desemprego, o mesmo se encontra em um patamar muito alto. Esses aspectos correm risco de agravamento com a aprovação da reforma trabalhista.*

## MERCADO DE TRABALHO: ESTAMOS DIANTE DA RETOMADA?

Os últimos dados sobre o mercado de trabalho têm mostrado estabilização ou até tímidos indícios de queda da taxa de desocupação. O Caged mostrou um saldo positivo no mês, porém menor que o esperado, sendo o saldo no acumulado em doze meses ainda negativo. Os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) mostram relativa estabilidade, bem como os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

O governo tem comemorado tais dados como um sinal de que a crise passou e que o mercado de trabalho responde à também suposta recuperação econômica e à política econômica de Temer. No entanto, o pequeno crescimento econômico (de 1%) que o Brasil conseguiu no primeiro trimestre de 2017 ocorreu devido ao bom resultado do setor agrícola e às exportações. De resto, há indicadores que apontam uma retomada do crescimento e outros o aprofundamento da recessão. Além disso, existe um problema estatístico devido à mudança da metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no cálculo de itens que balizam as análises sobre o crescimento econômico, com a descontinuidade das séries antigas, o que dificulta a

comparação dos índices.

### PED

Os dados do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e da Fundação Seade para Regiões Metropolitanas (RM) selecionadas (Distrito Federal, Porto Alegre, Salvador e São Paulo) mostram que a taxa de desemprego total ficou praticamente estável de abril para maio. Entretanto, na comparação com o mesmo mês do ano passado, a taxa apresentou elevação em todas as RM, principalmente no Distrito Federal (2,6 p.p.) e São Paulo (1,2 p.p.).

A pesquisa mostra que a taxa de desemprego entre jovens com idade de dezesseis a 24 anos aumentou, atingindo 47,4% na região de Salvador e 43,6% no Distrito Federal. Ampliou também o tempo médio gasto pelos desempregados na procura por trabalho nas RM de Salvador, São Paulo e Porto Alegre.

Segundo posição na ocupação, persiste o aumento do trabalho autônomo nas quatro regiões, na comparação de doze meses. O emprego doméstico também se elevou de forma intensa no Distrito Federal e em Porto Alegre. Por outro lado, nessa última

região observou-se redução acentuada do assalariamento público e privado.

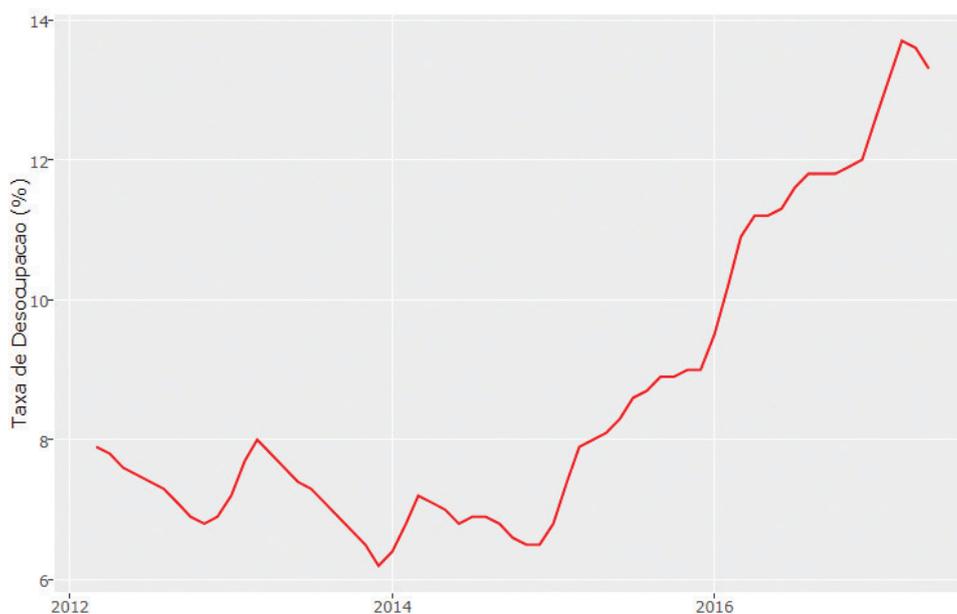
Nos últimos doze meses, o rendimento médio real dos ocupados aumentou nas RM do Distrito Federal (2,6%) e Salvador (9,2%), enquanto caiu nas RM de Porto Alegre (-6,7%) e São Paulo (-2,7%). Mas, na variação mensal, houve queda em Salvador e no Distrito Federal. Já o rendimento dos autônomos reduziu-se em todas as RM, principalmente em Porto Alegre (-7,9%).

Os dados indicam que a taxa de desemprego pode estar mais estável, mas em nível muito alto em relação aos últimos anos, o que para a população ainda não é uma boa notícia.

## PNADC

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), para o trimestre com fim em maio de 2017, a taxa de desocupação foi de 13,3%. No trimestre imediatamente anterior tinha sido de 13,2%. No ano anterior, 11,2%. Apesar do quadro de estabilidade em relação ao trimestre anterior, essa foi a maior taxa de desocupação para o trimestre terminado em maio desde o início da série da pesquisa, como mostra o gráfico abaixo. Em relação ao trimestre anterior, os dados para população desocupada, população ocupada e nível de ocupação permanecem estáveis, mas com piora em relação ao mesmo trimestre no ano anterior

Taxa de desocupação (%) – PNAD Contínua



Fonte: Caged, elaboração Cecon-IE, Unicamp

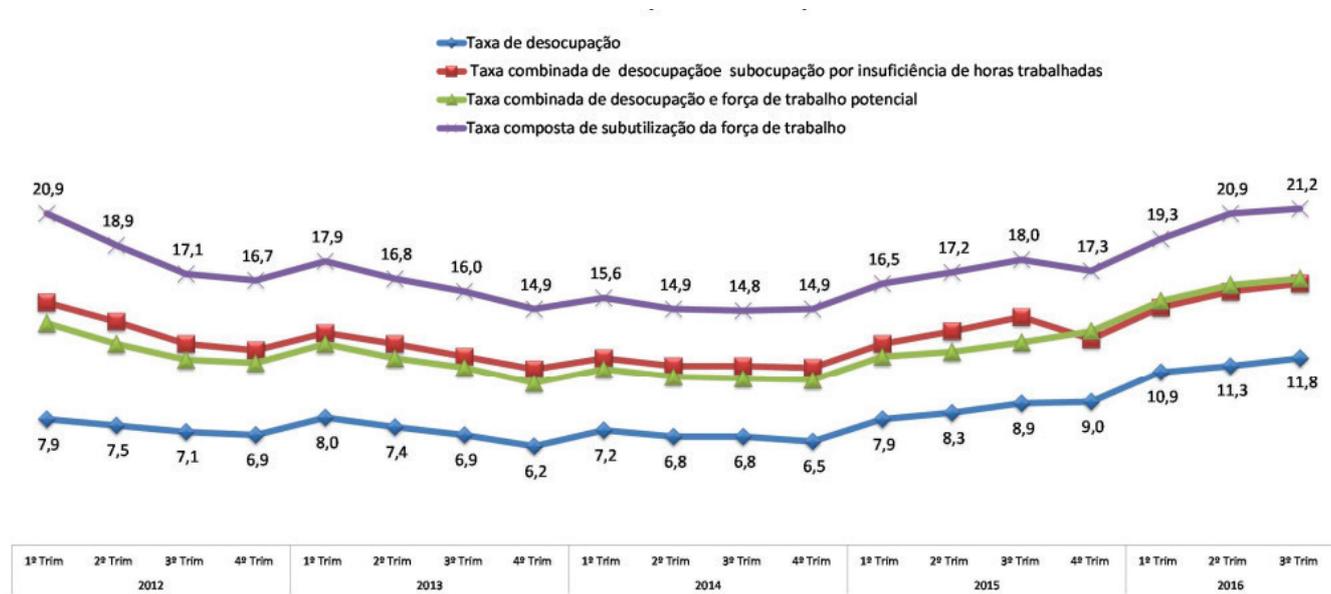
E, ainda, o número de empregados com carteira de trabalho assinada (33,3 milhões) apresentou redução frente ao trimestre dezembro-janeiro-fevereiro (-1,4% ou menos 479 mil pessoas) e no confronto com o trimestre de março a maio de 2016 (-3,4% ou redução de 1,2 milhão de pessoas). Há um crescimento dos vínculos sem carteira, o que indica um crescimento da informalidade.

Já o rendimento médio real habitual (2.109 reais) no trimestre encerrado em maio de 2017 permaneceu estável frente ao trimestre anterior (2.102 reais) e em

relação ao mesmo trimestre de 2016 (2.062 reais). A massa de rendimento real habitual (184,4 bilhões de reais) no trimestre encerrado em maio de 2017 também ficou estável nas duas comparações.

Com a possível estabilização da taxa de desocupação segundo a PNADC, é necessário olhar também para a taxa de subutilização da força de trabalho, que mede a quantidade de pessoas de catorze anos ou mais de idade que estão desocupadas, desistiram de procurar emprego e trabalham menos horas do que gostariam, como mostra o gráfico.

## Taxa de Subutilização da força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade - Brasil (2012-2016)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua

Mesmo que a taxa de desocupação se estabilize, é provável que a taxa de subutilização continue a crescer, em especial com as novas formas de contratação legalizadas com a reforma trabalhista, que permitirão que as pessoas estejam ocupadas porém trabalhando um número reduzido de horas: o crescimento dessa taxa nada mais é que a comprovação da precarização do mercado de trabalho e, novamente, não é uma boa notícia para os trabalhadores brasileiros.

### Caged

Em junho/2017, houve um saldo de 9.821 postos de trabalho formais em todo o Brasil, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). No ano, acumula-se um saldo de 67.358 postos, mas o saldo em doze meses é negativo de 749.060. No mês, somente a região Sul apresentou saldo ne-

gativo. No ano, somente as regiões Norte e Nordeste mostraram saldo negativo, enquanto no acumulado em doze meses todas as regiões têm saldo negativo. Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Belém, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, o saldo no mês foi negativo, assim como no ano e no acumulado em doze meses, como mostra a tabela.

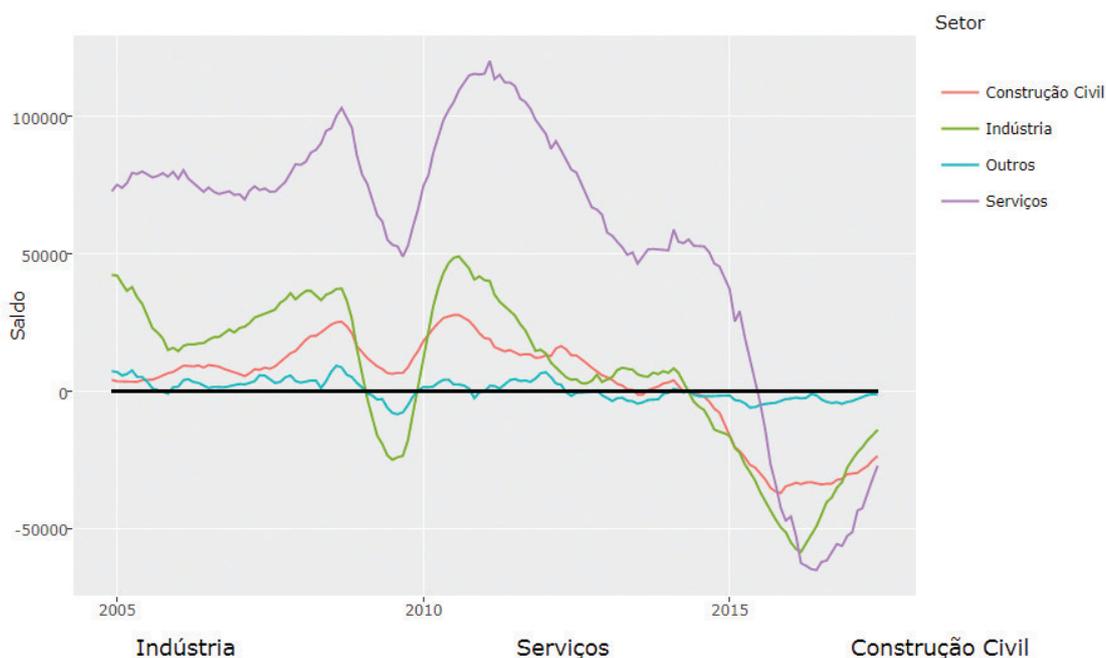
Quanto aos setores da economia, o resultado positivo de junho/2017 foi fortemente puxado pela agropecuária, que gerou saldo de 36.827 postos. O único outro setor com saldo positivo no mês foi a administração pública, com um saldo de 704 postos formais. No ano, comércio, construção civil e a extrativa mineral apresentam saldo negativo, enquanto os outros setores têm saldo positivo. No acumulado de doze meses, a agropecuária é o único setor com saldo positivo.

### Evolução do emprego por nível geográfico e setor de atividade econômica, Brasil, junho/2017

NÍVEL GEOGRÁFICO	JUNHO/2017			NO ANO **			EM 12 MESES ***		
	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO	TOTAL ADMIS.	TOTAL DESLIG.	SALDO
<b>TOTAL</b>	<b>1.181.930</b>	<b>1.172.109</b>	<b>9.821</b>	<b>7.523.289</b>	<b>7.455.931</b>	<b>67.358</b>	<b>14.423.653</b>	<b>15.172.713</b>	<b>-749.060</b>
NORTE	50.936	49.089	1.847	308.742	321.155	-12.413	616.658	670.925	-54.267
NORDESTE	160.726	155.745	4.981	987.880	1.084.210	-96.330	2.041.631	2.179.323	-137.692
SUDESTE	622.305	613.032	9.273	3.885.042	3.817.628	67.414	7.408.270	7.878.236	-469.966
SUL	228.160	242.780	-14.620	1.592.791	1.546.129	46.662	2.958.002	3.022.279	-64.277
CENTRO-OESTE	119.803	111.463	8.340	748.834	686.809	62.025	1.399.092	1.421.950	-22.858
REGIÕES METROPOLITANAS	431.966	452.224	-20.258	2.742.070	2.870.571	-128.501	5.443.741	5.889.266	-445.525
<b>SETORES</b>									
<b>TOTAL</b>	<b>1.181.930</b>	<b>1.172.109</b>	<b>9.821</b>	<b>7.523.289</b>	<b>7.455.931</b>	<b>67.358</b>	<b>14.423.653</b>	<b>15.172.713</b>	<b>-749.060</b>
1.EXTRATIVA MINERAL	2.948	3.131	-183	18.167	19.611	-1.444	33.716	42.249	-8.533
2.INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	187.226	195.113	-7.887	1.272.404	1.244.628	27.776	2.358.250	2.515.565	-157.315
3.SERV INDUST DE UTIL PÚBLICA	5.639	6.296	-657	40.429	39.142	1.287	69.605	76.932	-7.327
4.CONSTRUÇÃO CIVIL	105.754	114.717	-8.963	681.955	715.119	-33.164	1.342.646	1.625.900	-283.254
5.COMÉRCIO	292.961	295.708	-2.747	1.799.043	1.922.281	-123.238	3.654.881	3.728.536	-73.655
6.SERVIÇOS	471.988	479.261	-7.273	3.087.596	3.026.839	60.757	5.907.116	6.123.358	-216.242
7.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.520	3.816	704	49.983	31.611	18.372	67.721	79.944	-12.223
8.AGROPECUÁRIA	110.894	74.067	36.827	573.712	456.699	117.013	989.718	980.228	9.490
9.IGNORADO	0	0	0	0	1	-1	0	1	-1

O gráfico abaixo ilustra a evolução do saldo acumulado em doze meses por grandes setores.

#### Saldo Caged por grande setor, média móvel 12 meses (2005-2017)



Fonte: Caged, elaboração Cecon-IE, Unicamp

Um aspecto que pode apontar, de um lado, para a recuperação do mercado de trabalho é o aumento do percentual de unidades de negociação, segundo o Sistema de Acompanhamento de Salários (SAS-Dieese), que obtiveram reajustes maiores ou iguais que o INPC a partir de julho de 2016: apesar de o resultado do ano de 2016 ter sido de um reajuste médio de 0,52% abaixo da inflação, os resultados foram piores no início do ano para os trabalhadores e melhores ao final, ou seja, tenderam a melhorar. Por sua vez, os dados da PNADC referentes à renda média real habitual de todos os trabalhos (portanto, englobando somente ocupados) também mostram um aumento de meados de 2016 em diante. Tal movimento indicado no SAS - Dieese, na PNADC e de certa forma da PED como exposto anteriormente quanto aos rendimentos pode ser explicado: pela queda da inflação, que torna menos problemático o aumento real dos salários; a demissão de trabalhadores com vínculos mais precários e piores salários com a crise, o que jogaria a renda média habitual de todos os trabalhos para cima.

Por outro lado, aspectos que apontam para o aprofundamento da crise do mercado de trabalho brasileiro são: aumento da taxa de subutilização da força de trabalho; aumento da informalidade; apesar da pretensa estabilização do desemprego, este se

encontra em um patamar muito alto. São esses aspectos, fundamentalmente, que correm risco de serem agravados com a aprovação da reforma trabalhista que, por um lado, pode gerar mais desemprego no curto prazo (o que pode ser comprovado com os diversos planos de demissão voluntária que foram anunciados por várias empresas); torna legais vínculos antes considerados ilegais e portanto mais precários em sua essência, o que poderia em tese diminuir o desemprego mas aumentar as ocupações precárias (e possivelmente a taxa de subutilização como medida pela PNADC); ao rebaixar direitos e salários do trabalhador ao empregador, a reforma realiza uma “transferência de renda” do trabalhador ao empregador, o que pode ter um efeito perverso no consumo, pois o trabalhador tem maior propensão a consumir que o empregador. Resumidamente, como a renda do trabalhador é menor, ele tende a gastar maior proporção de seu salário e poupar menor parte, o que tem efeito direto na atividade econômica.

Assim, mesmo que venham a ocorrer crescimento econômico e queda da desocupação, com a reforma trabalhista e a mudança dos parâmetros legais que fundamentalmente precarizam o mercado de trabalho, podemos afirmar que tal crescimento e queda ocorrerão com maior desigualdade social, em especial entre capital e trabalho.

# ECONOMIA

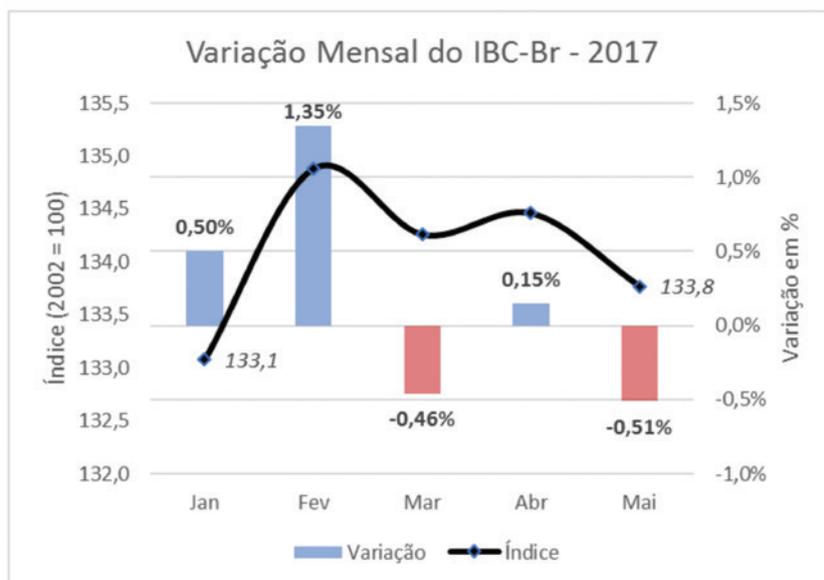


*O golpe liderado por Michel Temer e que retirou Dilma Rousseff da presidência não foi apenas um atentado sobre a democracia e o sistema político brasileiro. À medida que os meses passam vai ficando claro que o que está em curso é uma profunda reconfiguração do capitalismo brasileiro. A agenda neoliberal, que no Brasil foi parcialmente interrompida pelos governos do PT, avança agora a passos largos, com forte apoio das classes dominantes, em especial a dos rentistas. Não por outro motivo, ao mesmo tempo em que seguem os ataques aos pilares do Estado nacional, a dinâmica econômica vai se afeiçoando crescentemente à condição de um país primário exportador, tal qual éramos no período pré-Vargas. E como parece inevitável, a sociedade brasileira vai colhendo os frutos amargos desse desmonte, enquanto a recessão econômica, medida em termos de queda do PIB per capita, segue grave e sem sinais de recuperação.*

## Nível de atividade

Os indicadores do nível de atividade econômica divulgados ao longo deste mês de julho apontam mais uma vez que a economia brasileira segue em situação bastante crítica. Conforme temos ressaltado aqui neste espaço já há alguns meses, as eventuais variações positivas de certos indicadores não autorizam afirmar que haja uma recuperação em curso, especialmente porque estão circunscritas fundamentalmente ao desempenho da produção e exportação de produtos básicos, os quais têm fraca capacidade de arrasto sobre os demais setores da economia.

De fato, como se pode notar no gráfico abaixo, o indicador antecedente do PIB elaborado pelo Banco Central (IBC-Br) voltou a se retrair no mês de maio, registrando uma queda de 0,51% ante o mês anterior. Nos termos da série encadeada (linha preta do gráfico) observa-se que, depois de um forte aumento em fevereiro, quando a mudança da metodologia de pesquisa do IBGE influiu excepcionalmente o indicador fazendo-o alcançar o valor de 134,9, vem ocorrendo uma tênue redução do patamar do IBC-Br, o qual chega ao mês de maio registrando o valor de 133,8, apenas ligeiramente superior ao valor de janeiro.



Fonte: Banco Central

O mesmo movimento de declínio da atividade econômica foi captado pelo monitor do PIB do IBRE/FGV, porém com uma tendência um pouco mais acentuada. De acordo com esse indicador, entre abril e maio deste ano teria ocorrido uma retração da economia brasileira de 0,9%<sup>1</sup>.

Também nos indicadores setoriais divulgados na segunda semana de julho pelo IBGE (referentes ao mês de maio) a percepção é de paralisia da atividade econômica. No setor de serviços, por exemplo, enquanto o volume de atividade ficou praticamente estável na comparação com o mês anterior (+0,1%), registraram-se quedas tanto em relação a maio de 2016 (-1,9%) quanto no acumulado nos primeiros cinco meses de 2017 (-4,4%). De acordo com os dados da PMS/IBGE, os principais responsáveis pelo fraco desempenho do setor quando comparado ao mês de abril foram as atividades ligadas aos serviços técnico-profissionais (-17,4%), de informação e comunicação (-2%) e de transportes (-1,9%). No campo positivo, o destaque foi para os serviços prestados às famílias, que apresentaram ligeiro crescimento de 0,5% no mês.

Também no que se refere ao comportamento do setor varejista registrou-se no mês de maio certa estabilidade, com as vendas totais variando -0,1% frente ao mês anterior. Quando considerado o indicador do comércio varejista ampliado (que inclui as vendas de veículos automotores e de materiais de construção), a queda foi um pouco mais elevada (-0,7%), apontando que, apesar dos quase 35 bi-

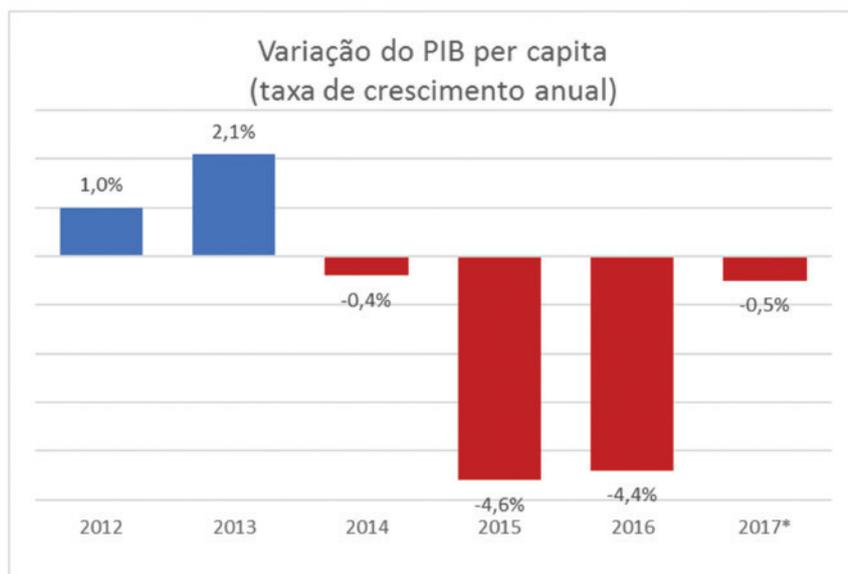
lhões de reais injetados na economia até maio por conta da liberação dos saldos inativos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), o consumo agregado continua deprimido. Muito provavelmente as famílias utilizaram o dinheiro do FGTS para quitar dívidas ou compensar a queda de outras rendas.

Já entre os setores de atividade que apresentaram resultados positivos, além da agropecuária que vive em 2017 um ano excepcional, com uma estimativa de crescimento de 30% da safra de grãos no ano, foi registrada uma leve recuperação do setor industrial, cuja produção aumentou 0,8% entre abril e maio deste ano. No registro por categorias econômicas os crescimentos mais expressivos se deram na produção de bens de capital (+3,5) e, principalmente, na de bens de consumo duráveis (+6,9), cuja maior influência positiva foi registrada na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias (+9,0%), impulsionada, em grande parte, pela maior demanda externa por automóveis e caminhões.

Contudo, como tanto o setor agrícola quanto o setor industrial brasileiro representam frações menores da nossa estrutura produtiva atual, principalmente em termos de emprego, no cômputo geral e ainda em um contexto de retração das despesas governamentais e de elevado endividamento das famílias e empresas, não se percebem fatores suficientemente robustos capazes de retirar a economia do patamar em que se encontra. A se considerar uma provável variação de 0,2% do PIB neste ano (segundo estimativa do FMI) e tomando-se em conta

a projeção de crescimento populacional do IBGE de 0,73%, teremos em 2017 o quarto ano seguido de redução do PIB per capita (vide gráfico abaixo), com

uma queda de aproximadamente 0,5% – que em termos acumulados já representaria um encolhimento da renda per capita de quase 10%.



Fonte: IBGE

\*Dado estimado, considerando uma taxa de crescimento do PIB de 0,2% e de uma taxa de aumento populacional de 0,73% (IBGE)

### Comércio exterior

As exportações brasileiras continuam se destacando como o principal motor da economia nacional neste ano de 2017. Considerando as duas primeiras semanas de julho, nossas exportações totalizaram 8,6 bilhões de dólares, ante um total de importações que chegou a 6,2 bilhões e, portanto, levando a um saldo comercial positivo da ordem de 2,4 bilhões de dólares. Tais números reforçam a trajetória favorável verificada desde o início do ano em nosso comércio exterior e trazem algum alento ao setor produtivo brasileiro, que encontra

na demanda externa uma alternativa para escoar a produção e ocupar parte da capacidade instalada que tem permanecido ociosa diante do encolhimento da demanda interna. Cabe frisar, entretanto, que em julho o saldo comercial médio por dia útil recuou para 236 milhões de dólares, significativamente menor do que o que vinha sendo apurado nos meses anteriores, tanto em decorrência da menor média diária exportada (857,3 milhões de dólares) quanto da ampliação do valor das importações, as quais alcançaram em julho a maior média diária do ano (620,6 milhões de dólares).

### Balança Comercial Brasileira - Julho de 2017

US\$ milhões FOB (média por dia útil)

2017	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	SALDO
Janeiro	677,6	554,5	123,2
Fevereiro	859,4	606,3	253,1
Março	872,8	562,7	310,1
Abril	982,2	595,4	386,8
Mai	899,6	551,4	348,2
Junho	942,3	599,7	342,6
Julho	857,3	620,6	236,7

Fonte: MDIC

Entre os produtos que mais contribuíram para os resultados apurados nessas duas primeiras semanas de julho, merecem destaque as exportações de produtos básicos – que cresceram 22,7% na comparação com o mesmo período de 2016 – e a dos produtos semimanufaturados, que registraram uma elevação de 6,2%. Por outro lado, o dado negativo do mês foi a queda auferida nas exportações de bens manufaturados, as quais caíram 1,7% no mesmo comparativo, a despeito do forte aumento das exportações de materiais de transporte (+81,1%).

Lamentavelmente, portanto, essa parece ser uma tendência que tem se acentuado no comércio exterior brasileiro e que expressa uma trajetória de reprimarização da estrutura produtiva nacional.

### Inflação e política monetária

Em um contexto de grave depressão da economia, com elevado desemprego, redução das despesas públicas e grande ociosidade da indústria, o nível geral de preços no Brasil segue por uma esperada trajetória cadente, registrando já alguma deflação pelo segundo mês consecutivo. Depois de o IPCA de junho ter ficado em -0,23% (o mais baixo para um mês de junho desde o início do Plano Real), o IPCA-15 de julho apontou uma variação de -0,18%, enquanto a prévia do IGP-M (referente ao segundo decêndio de julho) registrou uma queda ainda mais expressiva, de 0,71%. Por conta dessa tendência de queda generalizada dos preços, no *Boletim Focus* do dia 17 de julho a inflação para este ano foi estimada em 3,29%, já um tanto abaixo do centro da meta de 4,5%.

Diante desse quadro de preços em queda e absoluta ausência de pressão de demanda, mais do que nunca vão se explicitando, portanto, os equívocos da política monetária atual e crescem as apostas numa redução mais acentuada da taxa Selic nos próximos meses. Para alguns dos analistas de mercado que são ouvidos pelo Focus já se vislumbra uma Selic inferior a 8% ao final de 2017<sup>2</sup>.

### Setor público

Para além dos equívocos da política monetária, também no front fiscal a ortodoxia vai colhendo sucessivos fracassos, enredada no precário discurso da austeridade. Com as receitas caindo mais rapidamente do que as despesas e a carga tributária reduzindo-se a 31,5% do PIB<sup>3</sup>, um decreto do governo do último dia 20 de julho fez aumentar as alíquotas do PIS/Cofins que incidem sobre os combustíveis, devendo gerar uma ampliação da arrecadação da ordem de 10,4 bilhões de reais ainda em 2017. Infelizmente, depois de resistir equivocadamente à recriação da CPMF no ano passado, agora o governo se socorre da pior forma possível, ampliando um imposto indireto que aumenta o caráter regressivo do sistema tributário e joga mais um ônus sobre a já comprimida renda das famílias brasileiras.

Mesmo assim, como só isso não bastaria para evitar mais uma revisão na meta de déficit fiscal de 139 bilhões de reais, o governo anunciou também um contingenciamento adicional das despesas da União, no valor de 5,9 bilhões de reais.

Indiferente ao quadro social, o ministro da Fazenda se diz surpreso com uma frustração de receita da ordem de 35 bilhões de reais e insiste no corte de orçamento dos ministérios que já não dispõem de recursos para manter sequer os serviços públicos ordinários em operação (vide os casos do corte das operações da Polícia Rodoviária e da emissão de passaportes pela PF).

Na tabela abaixo, pode-se observar como foram bastante drásticas as reduções da execução orçamentária apenas nos primeiros cinco meses do ano, incidindo sobre ministérios importantes, cuja paralisação ou mesmo redução das atividades resultam em inescapáveis prejuízos sociais, além de impactarem negativamente o nível de atividade econômica e, por conseguinte, a própria arrecadação futura.

Como parece evidente, portanto, na melhor das hipóteses estamos diante de um notório caso de

### REDUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO GOVERNO FEDERAL

(janeiro-maio 2017/ janeiro-maio 2016)

ÓRGÃO	VALOR (em R\$ milhões)	VARIAÇÃO
PODER EXECUTIVO	-14.760	-38,50%
MIN DAS CIDADES	-2.579	-55,20%
MIN DOS TRANSPORTES, PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL	-2.485	-37,50%
MIN DA DEFESA	-2.477	-42,50%
MIN DE MINAS E ENERGIA	-1.104	-87,50%
MIN DA CIÊNCIA, TECN., INOVAÇÕES E COMUNIC.	-888	-36,70%
MIN DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO	-803	-34,50%
MIN DA EDUCAÇÃO	-639	-17,70%
MIN DO ESPORTE	-553	-74,80%
MIN DA SAÚDE	-297	-36,90%
DEMAIS	-2.935	-29,20%

Fonte: Instituto Fiscal Independente/Senado Federal

irresponsabilidade fiscal e de um grosseiro erro de planejamento governamental. Não fosse este um governo orientado pelos ditames neoliberais, talvez seria até o caso de atribuir a crise fiscal à gravidade da recessão ou a outros fatores conjunturais. Sabendo, porém, que a atual equipe econômica está imbuída da missão de reduzir o papel do Es-

tado e abrir espaço para os negócios privados, é forçoso dizer que, mais do que uma omissão ou um equívoco, o desmonte em curso é um projeto intencional e criminoso, na medida em que atenta contra a soberania e os interesses nacionais e expõe dezenas de milhões de brasileiros a um risco social crescente.

#### Para ver mais, consultar:

1. Ver Monitor do PIB, disponível em <<https://goo.gl/6F4VT1>>
2. Ver Boletim Focus de 17 de julho, disponível em <<https://goo.gl/Qdyq2p>>
3. Segundo estimativa para 2017 do Instituto Fiscal Independente do Senado Federal (IFI). Disponível em <[http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530364/RAF\\_06\\_2017.pdf](http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/530364/RAF_06_2017.pdf)>

# TERRITORIAL



*A experiência de proteção social brasileira iniciou-se associada ao emprego assalariado urbano, deixando à margem os trabalhadores rurais. A Constituição Federal de 1988 permitiu avanços sociais aos empregados do campo. Mesmo assim, o modelo excludente gerou desigualdade no desenvolvimento humano urbano e rural. Agora os trabalhadores rurais veem seus direitos sendo ameaçados pelo governo ilegítimo de Temer e os conflitos pela terra aumentarem substancialmente.*

## AS AMEAÇAS AOS DIREITOS DOS TRABALHADORES RURAIS

A experiência de proteção social brasileira iniciou-se associada ao emprego assalariado urbano, fato que deixou à margem os trabalhadores rurais. Apenas com a Constituição Federal de 1988 os empregados rurais tiveram acesso à Previdência Social e a outros direitos até antes não considerados. Esse modelo excludente acarretou em diferenças entre o desenvolvimento humano urbano e rural.

Este artigo tem a finalidade de apontar as ameaças que estão sendo fomentadas pelo governo golpista de Temer à classe trabalhadora do campo. O enfraquecimento político de pautas como enfrentamento ao trabalho escravo, demarcação das terras e a defesa dos direitos indígenas fez aumentar os conflitos no campo no período recente.

### Modelo de proteção social e trabalhadores rurais

A proteção social brasileira vinculada ao trabalho, iniciada nos anos 1930, se estabeleceu a partir da inserção laboral e pelo acesso a benefícios associados a contribuições diretas e prévias. Além disso, o desenvolvimento capitalista e a ação regulatória do Estado brasileiro não permitiram o pleno emprego, não sendo capaz de universalizar o emprego formal, excluindo parcela da população do acesso aos benefícios sociais.

O processo de estruturação do capitalismo brasileiro, ocorrido entre 1930 e 1970, permitiu que os trabalhadores formais urbanos acessassem iniciativas de proteção social em caso de vulnerabilidade, mas, por outro lado, fechou os olhos para parte dos ocupados

que trabalhavam informalmente no meio rural – ao fazer aqui referência à baixa formalidade do trabalho no campo. Esse panorama se agravou com a crise dos anos 1980, na qual os níveis de emprego foram menores em comparação às décadas anteriores, o que resultou em baixa capacidade de incorporação da população em políticas sociais.

A Constituição Federal de 1988 foi um fator importante para a trajetória da política social brasileira, uma vez que teve como um de seus princípios proporcionar proteção social para os indivíduos não vinculados ao trabalho com carteira de trabalho assinada. A Constituição Brasileira passou a adotar o conceito de seguridade social como organizador da política social, com destaque aos seguintes aspectos: a) flexibilização do acesso dos trabalhadores rurais à Previdência Social sem a obrigatoriedade de estarem vinculados ao trabalho formal; b) abertura para construção de uma política de assistência social seletiva e inclusiva; c) elaboração de um marco institucional para o desenvolvimento de uma estratégia de universalização das políticas públicas de saúde e de educação básica; d) criação de fontes de financiamento para as políticas de seguridade social.

Atualmente, o sistema de proteção social brasileiro em curso no país inclui políticas sociais dos seguintes setores de intervenção: previdência (urbana e rural), trabalho (seguro-desemprego e abono salarial), assistência (transferências condicionadas de rendimentos), saúde (serviços de atenção em diversos níveis), educação e cultura (serviços em diversos níveis), desenvolvimento rural (transferências patrimoniais – terras e implementos rurais) e desenvolvimento urbano (transferências patrimoniais – moradias e acessórios para a vida urbana)<sup>1</sup>.

O modelo de inclusão tardia dos trabalhadores rurais no sistema de proteção social brasileiro e a baixa regulação da relação capital x trabalho causaram diferentes padrões de desenvolvimento humano entre o meio rural e o urbano. Como se não bastasse a desigualdade existente no meio rural, o governo ilegítimo de Temer prevê uma série de reformas liberalizantes que acentuarão a concentração da terra e a precarização do trabalho no campo.

### **Temer: ameaças aos direitos dos trabalhadores rurais**

O capitalismo brasileiro está passando por transformações que visam favorecer a classe dominante e retirar direitos dos trabalhadores. Essas transformações desfavorecem a classe trabalhadora e estão sendo colocadas em prática por meio de um conjunto de reformas neoliberais sustentadas por um governo golpista.

Em meio a esse cenário de retrocesso social já foram encaminhadas a reforma trabalhista, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (Lei nº 13.467), a flexibilização da prestação de serviços via terceirização (Lei nº 13.429), a imposição de limite aos gastos públicos (Emenda Constitucional nº 55) e está em pauta a reforma da Previdência Social (Proposta de Emenda Constitucional nº 287/2016).

No campo, existe uma série de medidas específicas que pretendem favorecer os grandes produtores agropecuários e latifundiários, que encontraram na bancada ruralista sua representação política no Congresso Nacional. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar, a bancada ruralista conta com 21,2% dos deputados e 21% dos senadores.

Segundo o Relatório “Conflitos no Campo Brasil”, elaborado pela Comissão Pastoral da Terra, foi contabilizada no Brasil a maior quantidade de casos de conflitos agrários no ano de 2016 – maior quantidade de casos dos últimos 32 anos. No ano passado foram registrados 1.079 conflitos, uma média de 2,9 registros por dia. Os assassinatos sofreram uma elevação de 22% em comparação com o ano de 2015 – maior quantidade de casos desde 2003.

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra, os conflitos no campo se intensificaram no período pós-golpe devido à ascensão dos ruralistas e enfraquecimento político de pautas como enfrentamento ao trabalho escravo, demarcação das terras e a defesa dos direitos indígenas e combate aos conflitos no campo.

Nos primeiros cinco meses de 2017 foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra 25 assassinatos em consequência dos conflitos pela terra no Brasil. As estatísticas representam 41% do total de mortes ocorridas durante todo o ano de 2016. Os números apontam para uma intensificação dos crimes agrários em 2017. Isso vem ocorrendo pelo fato de os grandes proprietários e grileiros se sentirem empoderados pelos novos direcio-

namentos do governo federal para o campo.

Entre as principais medidas que favorecem os ruralistas e prejudicam os trabalhadores do campo estão as mudanças nas regras de regularização fundiária rural, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal (Lei nº 13.465), assim como a proposta de reforma trabalhista no campo (Projeto de Lei nº 6.442/16).

#### - Regularização fundiária e reforma agrária

No que se refere à Lei nº 13.465, conhecida anteriormente por Medida Provisória 759/2016, sancionada em 11 de julho de 2017, verifica-se nova regulação estatal para regularização fundiária. A medida sofreu críticas dos movimentos sociais e ambientalistas por permitir a legalização em grande escala das terras públicas que foram invadidas e por retirar parte das obrigações ambientais – fato que agravará o desmatamento e os conflitos pela terra, especialmente na unidade federativa do Amazonas.

Entre outros aspectos, a iniciativa regulariza a grilagem, ao possibilitar a propriedade da terra para indivíduos que desmataram áreas públicas para extração de madeira e outros recursos naturais. Após os desmatamentos, esses mesmos indivíduos inserem um número mínimo de cabeças de gado para argumentar que a terra era produtiva, objetivando legalizar a propriedade. Portanto, a nova lei sancionada por Temer legaliza esse tipo de situação e visa atender os interesses dos grandes desmatadores e grileiros.

Como se não bastasse, a Lei nº 13.465 coloca em risco a Política Nacional de Reforma Agrária, uma vez que abre caminho para a comercialização das terras dos assentamentos e retira do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) a responsabilidade de apoiar as famílias assentadas. Além disso, altera a legislação da Reforma Agrária (Lei nº 8.929/1993) e a legislação a respeito dos créditos para as famílias assentadas (Lei nº 13.001/2014) ao mudar de um formato mais estratégico de cadastro e seleção das famílias para um modelo municipalizado, o que poderá passar pelos interesses das oligarquias locais.

Em outras palavras, o discurso do governo é de proporcionar títulos definitivos aos assentados. Na

prática, isso pode resultar em pressão dos grandes proprietários em adquirir as terras dos agricultores familiares assentados, propiciando um processo de mercantilização das terras. Os títulos serão concedidos aos assentamentos com mais de 15 anos, considerando a data de implantação do assentamento ao invés de considerar a data da concessão de créditos de instalação e da conclusão dos investimentos nas terras. Ou seja, o governo corre o risco de estar emancipando propriedades que nem foram estruturadas, facilitando sua apropriação para o agronegócio – o que significa mais concentração da terra no país.

#### - Reforma trabalhista no campo

O Projeto de Lei nº 6.442, elaborado pelo deputado Nilson Leitão (PSDB-MT), visa alterar as regras de regulação do trabalho rural. O seu escopo aborda aspectos como a jornada de trabalho, terceirização e fiscalização das condições do trabalho rural.

O primeiro artigo do projeto de lei chama a atenção por desconsiderar as regras trabalhistas, a saber: “Nas relações de trabalho rural não se aplica subsidiariamente a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), exceto aqueles artigos mencionados expressamente nesta lei” (Projeto de Lei nº 6.442, art. 1º). A proposta que afeta negativamente os trabalhadores do campo busca potencializar a possibilidade de terceirização da mão de obra pelo empregador em moldes similares à nova regulamentação da prestação de serviços de terceiros direcionada aos empregados urbanos.

Outra questão abordada na proposta é a desconsideração do tempo de deslocamento até o local de trabalho, assim como flexibilização do tempo de descanso na composição da jornada de trabalho. O limite da jornada de trabalho poderá ser desdobrado por até doze horas/dia e até dezoito dias consecutivos no caso de aprovação do projeto.

O projeto também desconsidera as regras sanitárias, de fiscalização e de segurança voltada aos trabalhadores do campo. Um exemplo em relação à segurança são que os acidentes de trajeto não sejam de responsabilidade da empresa. Em relação às normas sanitárias, admite-se um banheiro com vaso sanitário para até quarenta trabalhadores em caso de aprovação da proposta.

O projeto também insinua a possibilidade de que os serviços prestados sejam remunerados por meio de moradia, alimentação ou parcela da produção, condicionando os trabalhadores a um estágio de semiescravidão. Nesse sentido, destacam-se do projeto de lei as seguintes questões em relação a possibilidades de pagamento dos serviços: “até o limite de 20% (vinte por cento) pela ocupação da morada; II – até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) pelo fornecimento de alimentação sadia e farta, atendidos os preços vigentes na região” (Projeto de Lei nº 6.442, art. 16º).

### Conclusão

A experiência de proteção social brasileira iniciada nos anos 1930 deixou à margem os trabalhadores rurais, uma vez que estava relacionada ao assalariamento formal e ao conceito de seguro social. Os princípios de seguridade da Constituinte de 1988 permitiram a extensão de direitos aos trabalhadores rurais.

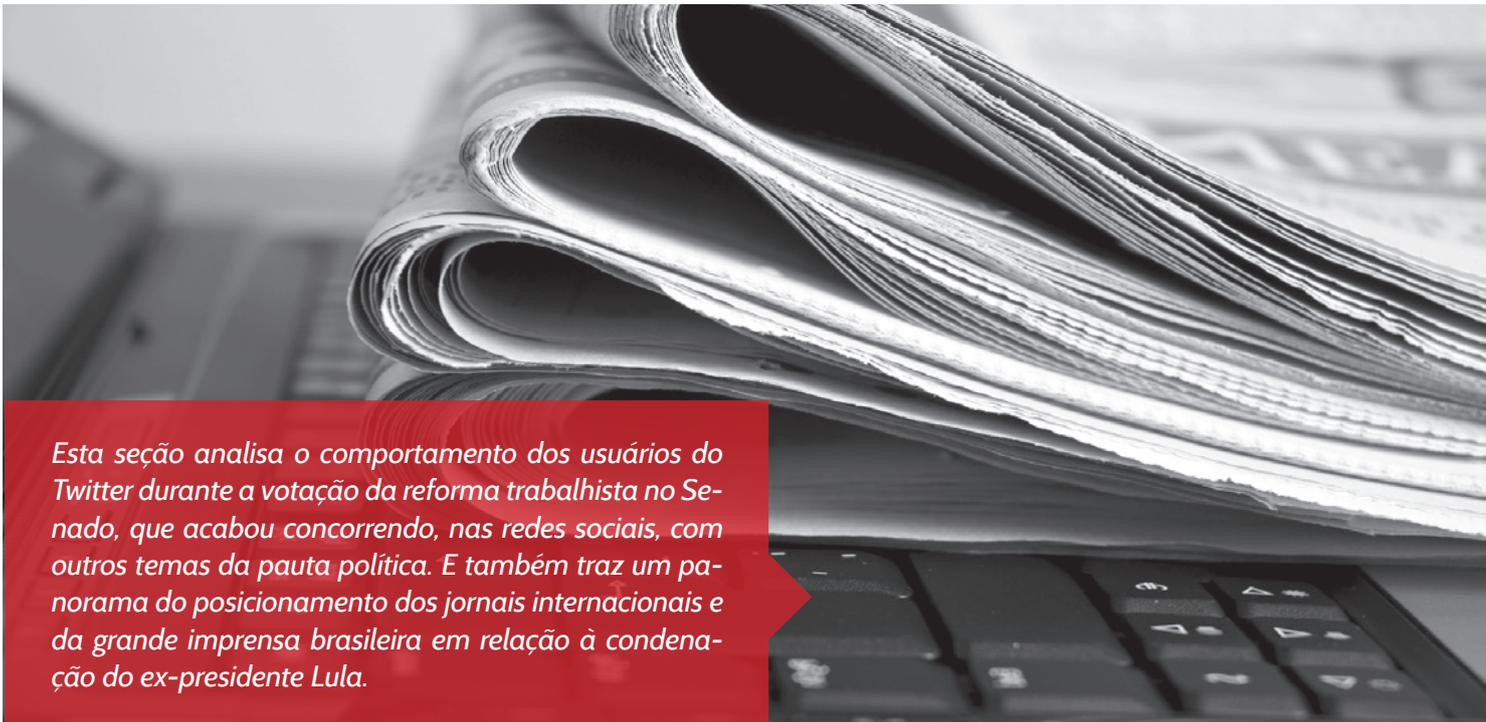
Este artigo apontou um conjunto de ameaças no campo, formuladas pelo governo golpista de Temer, que visa favorecer apenas os grandes proprietários de terras, desmatadores e grileiros. O enfraquecimento político de pautas como enfrentamento ao trabalho escravo, demarcação das terras e a defesa dos direitos indígenas fez aumentar os conflitos no campo no período 2016-2017.

### Para ver mais, consultar:

1. CAMPOS, A. G. Bem-estar social nos anos 1990 e 2000: traços estilizados da história brasileira. Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2015.

CASTRO, J. A. et al. Gasto social federal: prioridade macroeconômica no período 1995-2010. Nota Técnica N. 9. Brasília: IPEA, set. 2012.

# COMUNICAÇÃO



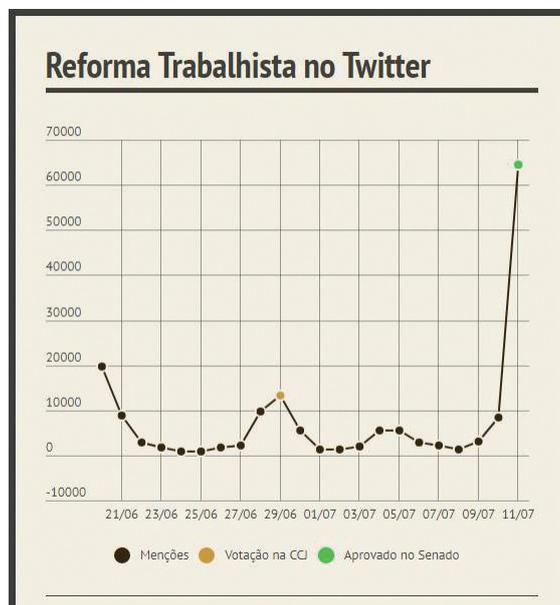
Esta seção analisa o comportamento dos usuários do Twitter durante a votação da reforma trabalhista no Senado, que acabou concorrendo, nas redes sociais, com outros temas da pauta política. E também traz um panorama do posicionamento dos jornais internacionais e da grande imprensa brasileira em relação à condenação do ex-presidente Lula.

## A reforma trabalhista no Twitter

As medições feitas sobre o comportamento das redes sociais mostrou que uma pauta importantíssima como a reforma trabalhista foi pouco discutida nos dias anteriores à votação no Senado. A mobilização de algumas centrais sindicais não encontrou eco, e artistas, outros movimentos e celebridades priorizaram temas diversos, inclusive tentavam mostrar a impopularidade de Temer

- algo que é mais do que óbvio.

A reação dos usuários do Twitter durante a votação demonstra que, mais do que nunca, é necessário planejar *on-line* e *off-line* as ações, nas ruas e nas redes. Ou corre-se o sério risco de dispersão em uma série de ações simultâneas. É essencial, nesse momento, escolher as batalhas para evitar que, enquanto os grandes meios de comunicação empresarial discutem sobre Temer ou Maia, o país fique sem CLT.

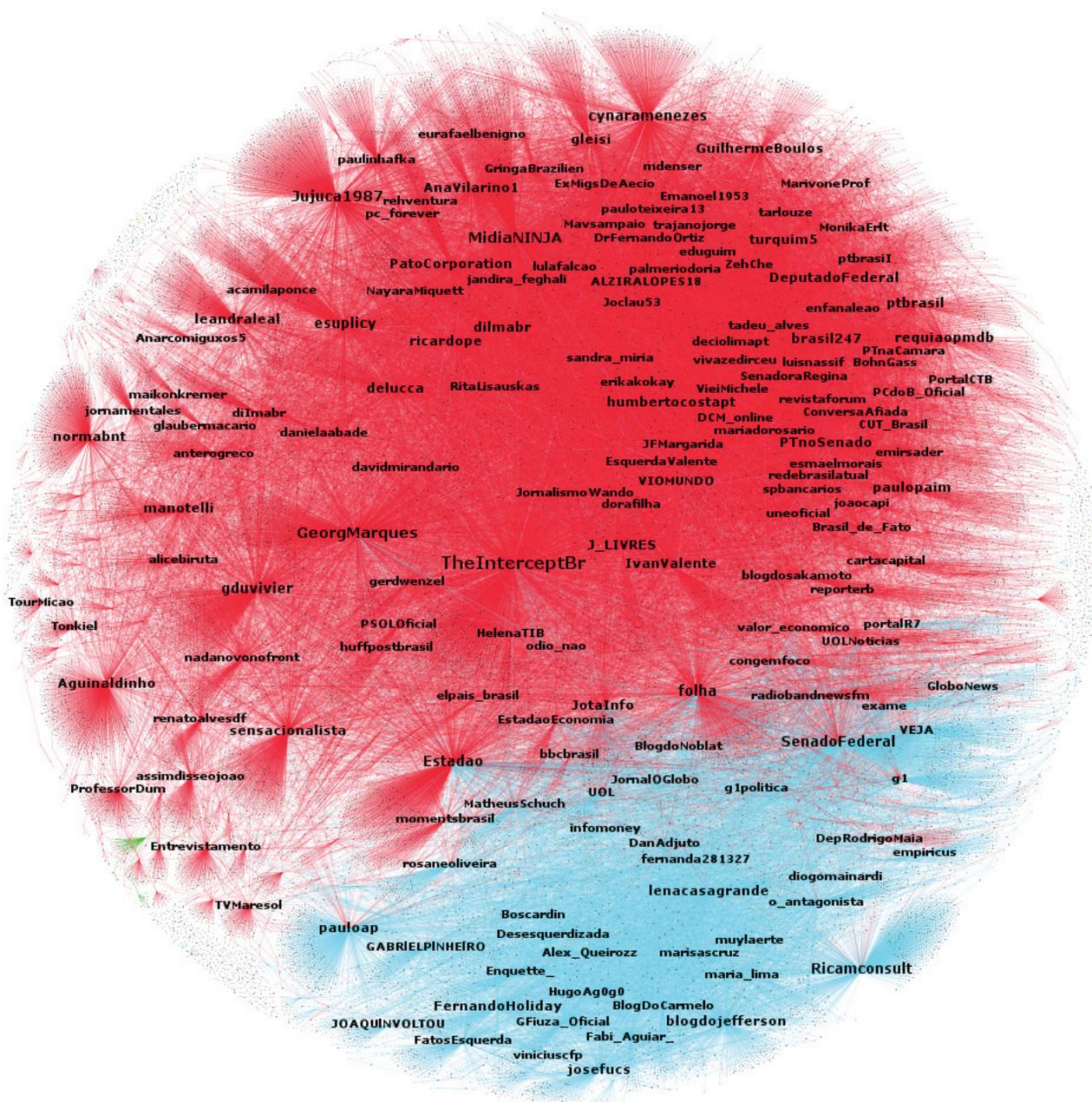


Fato é que a reforma se estendeu em um vácuo com a ausência de mobilização nas redes, que só foi brevemente interrompido quando da votação da pauta na CCJ do Senado, no dia 29/6. Aqui, é possível afirmar que qualquer mobilização proposta com o objetivo de pressionar senadores e senadoras tinha perdido muito de sua capacidade de interferir politicamente na votação.

Observa-se que a pauta (leia-se também perda de direitos ou retrocessos) cai em desuso em questão de horas quando os temas se sobrepõem e se focam. Foi o que se ocorreu, mais tarde, com esse

mesmo tema, ao ser sobreposto imediatamente pela condenação do ex-presidente Lula.

Está nítido que a mobilização pontual não produz os efeitos necessários para lutar contra os retrocessos propostos pelos governos golpistas em todo o Brasil. Prova disso foi a mobilização observada no Twitter durante o dia 11/7. O vermelho, que aglutinara mais de 67% dos usuários que mencionaram o termo “reforma trabalhista” no Twitter, pouco pôde fazer para barrar e/ou alertar a população para os malefícios da reforma que estava sendo aprovada.



## A condenação de Lula na imprensa internacional

A condenação de Luiz Inácio Lula da Silva foi o assunto, referente ao Brasil, que mais apareceu nos jornais estrangeiros. Em função da diferença cultural, esses veículos provavelmente não conseguem compreender como a Justiça tem atuado de maneira parcial e política no Brasil. Levando em conta esse fator e a visão positiva que a imprensa internacional tem do ex-presidente, as percepções sobre a situação de Luiz Inácio Lula da Silva foram apresentadas de formas diferentes e até pessimistas entre os periódicos estrangeiros. Todos os jornais analisados, sem exceção, citaram o trecho em que Lula nega estar fora do jogo e afirma que está no jogo mais do que nunca.

O britânico *The Guardian* informou que a condenação era uma extraordinária queda para um líder que havia sido chamado por Barack Obama de “o mais popular político no planeta”. No mesmo sentido, o *Washington Post* afirmou que os apoiadores de Lula ficaram calados e que isso era um sinal do quanto vinha caindo. O *New York Times* apontou a condenação como uma mancha no legado de uma das mais importantes figuras políticas do país. Christopher Sabatini, diretor-executivo da *Global Americans*, um grupo de pesquisa de Nova York, afirmou à reportagem que a condenação vai muito além de Lula e de sua carreira política, a qual estaria seriamente danificada. Sabatini diz que “ele era uma marca. A marca Brasil”. O mesmo jornal publicou uma linha do tempo que recebeu a manchete “Luiz Inácio Lula da Silva: a ascensão e queda do líder brasileiro”. Essas notícias foram as primeiras a serem publicadas, antes que Lula se pronunciasse. No dia seguinte, quando o ex-presidente veio a público, sua postura firme fez com que as informações nos jornais estrangeiros já tivessem outro caráter. O *New York Times* chamou atenção para o tom desafiador que Lula utilizou em sua fala. Em uma reportagem que tentava explicar como a luta contra a corrupção levou o Brasil ao caos, o jornal afirma que não se sabe ao certo o poder que Lula ainda tem. O *The Guardian* afirmou que o ex-presidente se defendeu de forma inflamada e prometeu ser candidato à presidência novamente. O periódico cita ao final da

reportagem a declaração de Lula na qual diz continuar apoiando instituições democráticas fortes, incluindo polícia e procuradoria, mas lamenta o direcionamento político contra ele. O jornal espanhol *El Mundo* ressalta que “Lula não joga a toalha”.

O francês *Le Monde* tratou da condenação e do discurso de Lula na mesma publicação. O artigo afirma que a sentença é uma imensa derrota para o ícone da esquerda que desejava se candidatar novamente e cita a defesa feita por Lula. A reportagem ainda expõe uma avaliação feita pela consultoria Eurasia. Segundo a consultora, Lula será menos competitivo a partir de agora. A mesma publicação entrevista o professor da FGV Thiago Bottino. O especialista em direito classifica a decisão de Moro como política. De acordo com Bottino, o juiz diz na sentença ter dado pena mais pesada a Lula porque, como presidente, ele tinha uma responsabilidade maior do que um simples cidadão. O periódico alemão *Süddeutsche Zeitung* também trabalha de forma menos factual e mais interpretativa. Na perspectiva apresentada no artigo, o Brasil continua dividido e vive uma situação complicada com “um presidente condenado, uma presidenta deposta e um presidente indiciado”. De acordo com o jornal, se Lula for absolvido na segunda instância ele terá um impulso político para voltar a ser presidente.

Dilma Rousseff declarou que a condenação de Lula é um “escárnio”. Suas críticas à decisão de Moro foram publicadas em Portugal, pelo *Diário de Notícias*, e nos EUA pelo *New York Times*. A ex-presidenta afirmou ter sido banida das empresas de comunicação brasileiras e reconheceu a importância do papel que a mídia internacional cumpriu em 2016 ao permitir que “quebrássemos uma grande barreira e falássemos para o mundo”.

Diferente da imprensa tradicional brasileira, nos grandes jornais estrangeiros as informações são historicamente contextualizadas. As reportagens não permitem que fiquem soltos os personagens ou as instituições sobre os quais se dirigem. Dificilmente um político será citado sem que seja explicitado a qual partido ele pertence, se é de esquerda ou direita, se é conservador ou progressista. Característica inexistente na imprensa brasi-

leira. Os estrangeiros, que pouco conhecem a política do Brasil, não correm o risco de considerar os nossos políticos todos iguais. Se Dilma Rousseff é citada, logo depois vem a informação de que ela é uma ex-guerrilheira marxista que ficou presa por três anos durante a ditadura militar. A Lula, se coloca como referência que é um ex-líder sindical que governou o Brasil durante oito anos e, nesse período, retirou quarenta milhões de pessoas da miséria. Não se pode conceber que essas informações sejam meros detalhes. A diferença com relação à prática do jornalismo praticado no Brasil evidencia um grave problema do país: a História é ignorada e mal contada.

Essa diferença não existe apenas em relação a personagens políticos. Os jornais de outros países acompanham a situação de Michel Temer e da agenda econômica que ele defende. A Temer, as reportagens se referem como um presidente enfraquecido, pressionado, prestes a cair. Já sobre as reformas que ele propõe, são tratadas como medidas de austeridade reivindicadas pelo empresariado e pelo mercado financeiro e rejeitadas pela maioria da população. O jornal espanhol *El Mundo* as chama de neoliberais e classifica Temer como um presidente moribundo. O debate sobre os rumos do país seria muito diferente se a grande mídia brasileira, minimamente, admitisse que as reformas são neoliberais.

Em reportagem publicada no dia 19/7, o *The Guardian* vai muito além da grande mídia brasileira e informa que “pessoas estão ficando mais pobres: famintos e desabrigados enquanto a crise se aprofunda”. O artigo critica o corte de gastos feito por Michel Temer e que é defendido por economistas liberais. O texto afirma que os progressistas defendem que os cortes sejam feitos em outras áreas e que seja promovida uma reforma tributária. A conclusão do jornal inglês é impactante: enquanto a pobreza aumenta, muitos políticos estão preocupados demais apenas se defendendo da Justiça.

### **A condenação de Lula na ótica dos grandes grupos**

A sentença proferida pelo juiz de primeira instância Sergio Moro no último dia 12, condenando o

ex-presidente Lula a nove anos e seis meses de prisão, foi apoiada abertamente pelos três maiores diários brasileiros em seus editoriais. Contudo, há diferenças na argumentação que possibilitam analisar o posicionamento deles neste caso.

Em texto intitulado “Lula condenado”, a *Folha de S. Paulo* argumenta que a sentença condenatória é simbólica, “ainda que as questões referentes à posse de um apartamento triplex no litoral paulista pareçam minudências diante do oceano de evidências de corrupção bilionária na administração petista”. Em outro trecho, admite que a presunção de culpa insuflada pela mídia foi determinante no resultado do julgamento: “Do escândalo à vista de todos até a caracterização jurídica de um crime e dos criminosos há, decerto, um percurso sujeito à controvérsia”.

Na mesma *Folha*, a coluna de Josias de Souza publicada em 20/7 afirma que o juiz partiu para o insulto diante da falta de provas. E cita um trecho da sentença escrita por Moro para expor a contradição: “*Em casos de lavagem, o que importa é a realidade dos fatos segundo as provas e não a mera aparência. Pois é. Estamos todos de acordo com tal conceituação. Nós outros, cá de fora, em grande medida vamos ainda mais longe, aplicando a mesma regra não só a lavagens, sejam do que forem, mas a uma infinidade de coisas. E muitos podemos concluir que, se o importante para Moro é a realidade “segundo as provas e não a mera aparência”, então, lá no fundo, está absolvendo Lula. Porque o apartamento pode até ser de Lula, mas ainda não há provas. A Lava Jato e o juiz só dispõem da “mera aparência”, o que Moro diz não prestar.*”

Já o jornal *O Estado de S. Paulo*, em editorial publicado em 13/7, “A condenação de Lula da Silva”, se ocupa em rebater o argumento da defesa de Lula de que a condenação tem caráter político e a pregar celeridade da segunda instância para ratificar a condenação, sem dar nenhuma margem a dúvidas sobre o resultado final. “A ação penal de Lula da Silva não é um jogo político. Longe de ser uma questão de opção ideológica, o processo penal instaurado contra o ex-presidente petista manifesta a existência no Brasil de um Estado Democrático de Direito, com uma lei vigente e to-

dos, absolutamente todos, respondendo por ela. Como disse o juiz Sérgio Moro ao final da sentença, “é de todo lamentável que um ex-presidente da República seja condenado criminalmente, mas a causa disso são os crimes por ele praticados, e a culpa não é da regular aplicação da lei”.

*O Globo*, por sua vez, usa o exemplo da condenação para exaltar o combate à corrupção no país, que classifica como exemplar, e aproveita para alfinetar o presidente golpista Michel Temer. O texto publicado em 13/7 o afirma: “Em uma fase

da vida pública repleta de fatos históricos, por inéditos, ocorre mais um, com a condenação de Lula, a primeira de um ex-presidente. E numa coincidência inaudita: ao mesmo tempo em que um presidente no cargo, Michel Temer, é denunciado pela Procuradoria-Geral da República. Ambos por corrupção, e, no caso de Lula, punido também por lavagem de dinheiro. Coincidência feliz, porque reflete um forte enfrentamento deste crime de colarinho branco pelo *Estado*”.

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*O estado de golpe vivido no Brasil cria um vazio democrático que só pode ser preenchido pela pressão das mobilizações populares. A história cobrará os assaltantes do poder, e o povo brasileiro parece entender isso cada vez mais.*

## A DEMOCRACIA DAS RUAS

### O deserto do real

A história do Brasil poderá marcar o mês de julho de 2017 como o mês em que foi aprovada uma nefasta reforma trabalhista, em que foi enterrada uma denúncia de crime comum do presidente ilegítimo e em que o presidente Lula foi condenado sem provas por um juiz de primeira instância.

Esses elementos, por si só, seriam suficientes para uma intensa mobilização nas ruas, em níveis muito parecidos com outros momentos da história do Brasil. Por outro lado, o mês de julho poderá ser marcado na história como o mês de uma resistência em nível de desobediência civil de senadoras que não aceitavam a votação de uma reforma que destrói direitos historicamente conquistados, especialmente das mulheres.

Naquela que foi talvez a maior “live” da história da esquerda, a senadora Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores, ficou ao vivo por várias horas, mostrando a resistência à reforma de uma manei-

ra nunca antes assistida.

Não foram raros os momentos em que foi possível sentir a pressão, sentir o peso do que estava acontecendo, e principalmente sentir o que de fato acontecia no Senado naquele momento. Não por acaso o vídeo, compartilhado por milhares de pessoas, teve mais de 700 mil visualizações ao longo do dia.

Dias depois o presidente Lula, em entrevista ao jornalista José Trajano, foi visto por mais de um milhão de pessoas, numa “live” também extremamente compartilhada naquilo que foi chamado por Trajano de uma verdadeira “rede da legalidade”.

A narrativa histórica depende essencialmente de seu interlocutor, da sua ideologia e do seu estado de espírito. Qualquer análise do tempo atual deve seguir essa mesma lógica. Adicionem a isso variáveis hoje não bem compreendidas, como o engajamento nas redes sociais, as tentativas de manipulação da opinião pública e a crise da representatividade democrática

ampliada pelo comportamento de setores do poder Judiciário e Ministério Público e o estado de golpe vivido no Brasil.

Assim, não há análise que se complete ante a enormidade de elementos que nos deixam num estado de crise social profunda, cuja solução só é possível numa composição de forças em massa. Em meio a esse processo, assistimos ao espetáculo da mentira e da subserviência do Parlamento brasileiro aos interesses unilaterais e nefastos do setor empresarial na votação da reforma trabalhista.

### **E os sindicatos?**

Esse ano, há praticamente três meses, o Brasil assistiu à maior paralisação de trabalhadores de sua história. À época, a ameaça da votação da reforma da Previdência foi o grande amálgama capaz de unir as centrais sindicais para organizar um movimento de proporções históricas.

Apesar de ter sido sumariamente ignorada pela grande mídia, a greve geral foi o ponto alto da resistência popular após o golpe de estado sofrido pelo Brasil em 2016. A união das centrais sindicais nesse processo foi substancial, mas não foi mais percebida desde então.

Nesse processo, há uma série de elementos que podem ser colocados, mas há um elemento central que aponta para a atual conjuntura: as centrais sindicais não são um grupo homogêneo, e as suas históricas diferenças políticas foram escancaradas dessa vez. Sobretudo a diferença daqueles que se prestam a um sindicalismo subserviente, articulado em negociações escusas.

Não por acaso nesta semana foi anunciada uma reunião, que a mídia insiste em afirmar “com as centrais sindicais”, de maneira obscura, em que sindicalistas (nenhum da CUT, da Intersindical e da CSP-Conlutas) foram à sala “livre de grampos” do presidente golpista negociar um novo instrumento de financiamento dos sindicatos.

Curiosamente, os mesmos que se sentaram à mesa com os ilegítimos foram aqueles que, dias antes da segunda greve geral convocada, simplesmente a abandonaram, sob o argumento de que os atos, naquela altura, representariam a defesa pela antecipação das eleições diretas, “misturando com o combate

às reformas”.

De uma maneira absurda, esses representantes acabaram por ser responsáveis em minimizar os efeitos mobilizadores das reformas, e acabaram por ferir gravemente um aspecto histórico do tecido social brasileiro: os direitos trabalhistas.

O galope do golpe abalou uma das mais importantes estruturas da democracia brasileira, e o fez em quase silêncio, 24 horas antes do estardalhaço da condenação absurda do presidente Lula. Podemos dizer que boa parte das instituições brasileiras mergulha a sociedade ora numa escuridão irreversível, ora numa confusão incontornável.

No entanto, cada vez mais, como nas centenas de milhares de pessoas que estão acompanhando as narrativas alternativas do momento em que vivemos, sobretudo nas redes sociais, o tempo da sustentabilidade dessa escuridão e confusão parece diminuir.

### **Números em tempos de interrogações**

Nesse contexto, o DataFolha realizou, no mês de junho, uma pesquisa sobre o perfil ideológico dos brasileiros (leia mais na pág. 9). Com todas as ponderações de metodologia e de enviesamento das perguntas, há notícias importantes. Aqui, tomaremos conta de tratar de números que mostram o mundo do trabalho e do sindicalismo.

A pesquisa apontou que 53% da população brasileira entendem que as leis trabalhistas mais protegem os trabalhadores do que atrapalham o crescimento das empresas, e que por isso a proteção do trabalho deve ser ampliada. Numa sociedade com pleno funcionamento das instituições democráticas, isso já deveria ser elemento suficiente para a não efetivação da reforma trabalhista.

A pesquisa trouxe também uma pergunta em que os entrevistados deveriam dizer se os sindicatos são importantes para defender os interesses dos trabalhadores ou se os sindicatos servem mais para fazer política do que defender trabalhadores. Numa tacanha contraposição entre fazer política e defender trabalhadores, o DataFolha atingiu um resultado de 38% de pessoas que concordaram com a primeira alternativa contra 58% que concordaram com a segunda.

Com todo o esforço para conquistar uma resposta enviesada, o DataFolha ainda não chegou, com a sensação geral sobre os sindicatos, nem perto dos índices negativos de confiança nas instituições. Talvez por isso não tenha dado a devida divulgação a esses dados. Afinal de contas, entender que quase 40% dos brasileiros ainda acham que sindicatos servem para defender os interesses dos trabalhadores, num cenário em que uma liderança sindical lidera todas os cenários de intenção de voto para 2018, não é uma boa notícia para a casa-grande brasileira.

Assim, podemos entender que há, sim, uma sensação (menor que a da média das instituições) de que a crise de representatividade também atinge os sindicatos. No entanto, com a pergunta enviesada e com a comparação com as outras instituições, podemos enten-

der que as pessoas ainda separam informações que a mídia não separa.

Também, ao contrário do que prega a mídia diariamente, a maioria da população brasileira acredita nas tarefas do Estado (76% acham que o governo deve ser o maior responsável por investir no país e fazer a economia crescer) e na necessidade da defesa dos direitos dos trabalhadores.

Esse fenômeno, na nossa opinião, aponta para o fato de que as diferentes estratégias sindicais das centrais acabam por afetar o cenário da legitimidade sindical. Isso significa apontar que o esclarecimento público sobre a existência de várias centrais, que pensam diferente, e agem diferente, pode organizar um pouco mais essa visão, contribuir com a resistência e melhorar a disputa.

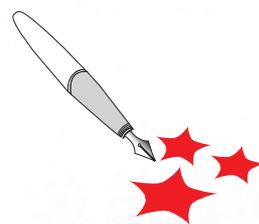


F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

## EXPEDIENTE

O Boletim de Análise de Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Fátima Cleide (vice-presidenta), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Codas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo P. F. Manzano (economistas); Kjeld Jacobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo; William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Rose Silva e Pedro Simon Camarão (jornalistas). Análise de mídias sociais: Leonardo Casalinho e Pedro Barciela. Revisão: Rose Silva. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 21 de julho de 2017.

BOLETIM DE  
ANÁLISE DA  
CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O  
Perseu Abramo  
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091  
Vila Mariana - São Paulo - SP

[www.fpabramo.org.br](http://www.fpabramo.org.br)